

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Gustavo José Gracio Ribeiro

**Um Olhar Geográfico Sobre a Gestão
Socioambiental de Áreas Protegidas: o caso do
Parque Estadual da Pedra Branca, Rio de Janeiro,
Brasil**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia e Meio Ambiente do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio

Orientador: Prof. Rodrigo Penna-Firme

Rio de Janeiro

Abril de 2017



Gustavo José Gracio Ribeiro

Um Olhar Geográfico Sobre a Gestão Socioambiental de Áreas Protegidas: o caso do Parque Estadual da Pedra Branca, Rio de Janeiro, Brasil

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia e Meio Ambiente do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Rodrigo Penna Firme Pedrosa

Orientador

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof. Alexandro Solórzano

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof. Augusto César Pinheiro da Silva

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Profa. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2017

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Gustavo José Gracio Ribeiro

Graduou-se em Geografia na habilitação de licenciatura no ano de 2014 pela UFF (Universidade Federal Fluminense) e na habilitação bacharel em 2016 pela mesma universidade. Possui complementação pedagógica em Ciências Sociais e participou de vários seminários e encontros relacionados com Geografia e meio ambiente – principalmente na área de unidades de conservação. Atualmente, como professor, integra a rede de escolas privadas do Rio de Janeiro (ciclo básico) e faz parte do NUPAP (Núcleo de Pesquisas de Áreas Protegidas) organizado pelo professor Dr. Luiz Renato Vallejo.

Ficha Catalográfica

Ribeiro, Gustavo Jose Gracio

Um olhar geográfico sobre a gestão socioambiental de áreas protegidas : o caso do Parque Estadual da Pedra Branca, Rio de Janeiro, Brasil / Gustavo Jose Gracio Ribeiro ; orientador: Rodrigo Penna-Firme. – 2017.

75 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2017.

Inclui bibliografia

1. Geografia – Teses. 2. Unidade de conservação. 3. Parque Estadual da Pedra Branca. 4. Gestão. I. Penna-Firme, Rodrigo. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

Agradecimentos

Primeiramente a Deus, ao nosso Senhor Jesus Cristo e toda a falange espiritual que me guiam, protegem e que me permitiram chegar até este momento.

A minha mãe, Rosana Gracio Ribeiro, que me ensinou a lutar pelos meus sonhos, a construir a estrada para conquistá-los e nunca esquecer do ponto de partida. A matriarca dos Gracio Ribeiro que lutou lutas que não eram dela, que sonhou sonhos que não à pertenciam. Dedico todo esse mestrado para ela.

Ao meu Pai, Antonio Carlos Ribeiro (in memoriam), que mesmo tendo convivido pouco, me ensinou que a transformação e a conquista de um sonho são sempre possíveis.

Ao meu irmão, Edgard José Gracio Ribeiro, meu espelho, meu exemplo e a pessoa que me ensinou, e me ensina, como ser melhor a cada dia.

A minha irmã gêmea, Gabrielle Gracio Ribeiro, que se encontra ao meu lado desde a concepção até a conclusão desse mestrado; que me viu perder noites em claro, sorrir e chorar. E que, sem dúvidas, me acompanha de outras vidas.

A minha noiva, Dayanne Sousa Lima, que foi uma verdadeira companheira durante esses 24 meses. Ela que me viu rir, me viu chorar, me viu desistir e me viu recomeçar. Ela que me incentivou quando necessário, que me fez sonhar quando preciso e que acreditou na minha vitória pessoal quando nem mesmo eu acreditava. Dedico esse título para ela e para o nosso casamento.

Ao meu orientador, Rodrigo Penna-Firme, que aceitou a empreitada de me orientar. Que foi muito mais que um orientador, foi um amigo, foi um confidente, foi um conselheiro e foi um incentivador. Ele que apontou os caminhos, debateu ideias e foi sempre uma orientação jovial, racional e pensante ao longo desses 24 meses. Deixo registrado a minha mais profunda admiração e o meu mais profundo obrigado para esse orientador excepcional.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que abriu as portas da sua instituição para que eu pudesse realizar uma pós-graduação gratuita através das suas parcerias com iniciativa privada e o governo federal.

Ao departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio, e aos professores que compõem o corpo docente da pós-graduação. Profissionais de excelente qualidade que sempre estiveram presentes e solícitos para o auxílio necessário ao longo desses 24 meses.

A Universidade Federal Fluminense, minha primeira casa, que forneceu as bases necessárias para que eu pudesse cursar o mestrado em Geografia em uma universidade do nível de exigência da PUC-Rio.

Aos membros das bancas de qualificação e de defesa, que me auxiliaram na melhoria da pesquisa.

Aos entrevistados que auxiliaram na coleta dos dados: os gestores públicos, os visitantes e o membro da comunidade Quilombola.

Aos meus amigos e irmãos Yago Torres Dinali e Vitor Hugo Chagas do Vale, que viram esse mestrado nascer em um pequeno apartamento no centro de Niterói, e que hoje observam alegremente – de Itaboraí e de Campo Grande – o seu final. Eles que são verdadeiros irmãos que a vida poderia me propiciar.

Ao Geogatas, que mesmo longe e respirando com a ajuda de aparelhos, será sempre um reduto de bons amigos e maravilhosas lembranças: Célio, Débora, Felipe, Letícia, Ludmila, Monique, Patrick, Vitor e Yago

Aos amigos que fiz ao longo desses 24 meses no curso do mestrado em Geografia na PUC-Rio. Sucesso, conquistas e glórias para cada um de vocês.

Resumo

Ribeiro. Gustavo Jose Gracio; Penna-Firme, Rodrigo. Um olhar geográfico sobre a gestão socioambiental de áreas protegidas: o caso do Parque Estadual da Pedra Branca. Rio de Janeiro, 2017. 75p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) é uma unidade de conservação (UC) de proteção integral, criada por lei estadual em 1974. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, essa categoria possui como objetivos o turismo, pesquisa científica e educação ambiental. A presença permanente de pessoas é proibida e seus habitantes devem ser removidos e indenizados. Contudo, dentro do PEPB existem duas comunidades autoreconhecidas como quilombolas, o que as permite receberem título de propriedade coletiva de terras. Essa situação gera conflitos entre os objetivos de conservação dessa UC. Soma-se à essa questão, o fato de que a presença de visitantes implica na implementação de regras e práticas de manejo, fiscalização e infraestrutura para recepção de turistas. Nessa conjuntura, foram realizadas entrevistas com gestores públicos, lideranças das comunidades tradicionais e turistas com o objetivo entender melhor: (1) como se dá a articulação da gestão pública local com os moradores; (2) como são definidas e implementadas regras de uso dos recursos naturais e ocupação do espaço; (3) quais seriam os principais obstáculos para a construção de uma gestão mais participativa; e (4) a percepção dos moradores e turistas em relação à gestão. Os resultados indicam que tem havido uma mudança gradual no posicionamento da gestão pública do PEPB em relação as comunidades tradicionais, dando início à construção de estratégias mais compartilhadas e participativas. Nota-se, contudo, que tais avanços, apesar de desejados, ainda não são reconhecidos e legitimados por todos, notadamente pelos turistas.

Palavras-Chave

Unidade de Conservação; Parque Estadual da Pedra Branca; Gestão

Abstract

Ribeiro. Gustavo Jose Gracio; Penna-Firme, Rodrigo. A Geographic perspective on the sociocolonial governance of nature protected areas: the case of estadual da pedra branca, Rio de Janeiro, Brazil, 2017. 75p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The State Park of Pedra Branca (PEPB) is a conservation unit (UC) of integral protection, created by state law in 1974. According to the National System of Conservation Units, this category aims at tourism, scientific research and environmental education. The permanent presence of people is prohibited and its inhabitants must be removed and indemnified. However, within the PEPB there are two communities recognized quilombolas, which allows them to receive title to collective land ownership. This situation creates conflicts between the conservation objectives of this CU. In addition to this, the fact that the presence of visitors implies the implementation of rules and practices of management, inspection and infrastructure for the reception of tourists. At this juncture, interviews were conducted with public managers, leaders of traditional communities and tourists with the objective to better understand: (1) how the articulation of local public management with the residents occurs; (2) how rules for the use of natural resources and occupation of space are defined and implemented; (3) what would be the main obstacles to the construction of a more participative management; And (4) the perception of residents and tourists regarding management. The results indicate that there has been a gradual shift in the positioning of public management of the PEPB vis-à-vis traditional communities, beginning with the construction of more shared and participatory strategies. It is noted, however, that such advances, although desired, are still not recognized and legitimized by all, especially by tourists.

Keywords

Conservation Unit; Pedra Branca State Park; Management

Sumário

1. O problema/objeto de pesquisa	13
2. Procedimentos metodológicos	15
3. Referencial teórico: categorias analíticas	20
4. Histórico da criação das unidades de conservação do tipo parque no Brasil e no estado Rio de Janeiro	27
5. Do Maciço ao Parque Estadual da Pedra Branca	40
6. Velhos e os novos desafios de gestão	51
7. Considerações finais	65
8. Referências bibliográficas	69
8.1 – Obras citadas	69
8.2 – Obras consultadas	73
9. Anexo	75
9.1 – Questionários para gestores públicos	75
9.2 – Questionário para visitantes	75
9.3 – Folder distribuído na sede Pau da Fome – PEPB	75

Lista de figuras

Figura 1 – Entrada do PEPB, sede Pau da Fome	17
Figura 2 – Folder do segundo encontro científico do PEPB e entrada do PEPB em Vargem Grande	17
Figura 3 – Carteirinha de identificação como aluno de Pós-Graduação PUC-Rio	18
Figura 4 – Mapa de localização do Parque Estadual da Pedra Branca	40
Figura 5 – Mapa de localização de alguns dos bairros vizinhos ao PEPB	41
Figura 6 – Mapa de Localização das Carvoarias no Maciço da Pedra Branca	43
Figura 7 – Parte da represa na entrada pelo Pau da Fome	47
Figura 8 – Infraestrutura para captação e controle da qualidade da água	48
Figura 9 – Logo visual do PEPB	49
Figura 10 – Dutos de abastecimento de água aparentes	53
Figura 11 – Dutos de água em trilhas secundárias (longe das principais)	53
Figura 12 – Galão para captação de água escondido atrás de uma rocha	54
Figura 13 – Manejo de trilhas no PEPB	55
Figura 14 – Pichações de grupos organizados em rochas dentro do PEPB (trilha principal da vertente Pau da Fome)	57
Figura 15 – Cera de vela derretida no início da trilha principal da vertente Pau da Fome	60
Figura 16 – Placa de reconhecimento do governo de estado do Rio de Janeiro sobre o pertencimento da Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda ao Maciço da Pedra Branca	63
Figura 17 – Feira de Vargem Grande	64
Figura 18 – Folder distribuído na sede do Pau da Fome – PEPB	75

Lista de tabelas

Tabela 1 – Criação de Unidades de Conservação no modelo de Yellowstone	30
Tabela 2 – Evolução da legislação ambiental no Brasil	31/32
Tabela 3 – Unidade de Conservação do tipo parque criadas no Brasil	34/35
Tabela 4 – Unidade de Conservação do tipo Parque criadas no estado do Rio de Janeiro	36
Tabela 5 – Dificuldades de gestão do PEPB pelos gestores públicos	51/52

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Contato entre os visitantes e os gestores/ guarda-parques do PEPB	58
Gráfico 2 – Conhecimento sobre o PEPB	58
Gráfico 3 – Turismo de lazer no PEPB	59
Gráfico 4 – Conhecimento sobre Comunidades Tradicionais	60

“Amor, caridade e fé, sempre”

Rosana Gracio Ribeiro

“Podemos até não resolver o seu problema, mas não será por falta de empenho e carinho”

Antonio Carlos Ribeiro – in memoriam

“A geografia é um saber, um saber difícil porque integrador do vertical e do horizontal, do natural e do social, do aleatório e do voluntário, do atual e do histórico e sobre a única interface da qual dispõe a humanidade”

P. et G. Pinchemel, in Trystram, 1994, p. 473, apud Mendonça, 2001, p. 115

1

O Problema/objeto de pesquisa

A gestão de uma Unidade de Conservação (UC) depende, sobremaneira, da forma como se conduz a participação ou não dos atores sociais envolvidos, sejam eles usuários diretos e ou indiretos do território e de seus recursos naturais. No caso do Parque Estadual da Pedra Branca, algumas das dificuldades de gestão dessa unidade de conservação da natureza (UC) são antigas e estão explícitas no seu plano de manejo (INEA, 2013). Esse plano indica que a gestão enfrenta problemas comuns à muitas outras UCs de proteção integral espalhadas por todo o território nacional, notadamente a questão da presença de moradores no seu interior. No PEPB, estima-se que existam em torno de 4.600 moradores, além da constatação de que em sua área de entorno (zona de amortecimento) o crescimento urbano sem planejamento possa afetar seu interior por meio de diversos impactos diretos e indiretos, com a construção de novas moradias.

Em razão da presença humana dentro dessa UC, existem animais domésticos, atividades agropecuárias com uso de insumos agroquímicos sintéticos e manejo inadequado do solo; assim como captações clandestinas de água para abastecimento; supressão da vegetação nativa e substituição por espécies exóticas e invasoras; incêndios florestais e queima não controlada; a presença de inúmeros acessos que avançam os limites da UC, incluindo estradas que cortam o parque (Avenida das Américas e Estrada de Grumari), e a existência das linhas de transmissão (Sistema Furnas e Light) aumentando a fragmentação da UC, ocasionando o isolamento de populações mais sensíveis e efeito de borda (INEA, 2013, p. 5).

Somando-se a todas essas questões, existem problemas fundiários (IBIDEM, p. 167 - 172; IWAMA *et. al.*, 2014, p.; SATHLER, 2009, p. 10 - 16) envolvendo moradores que reivindicam identidade étnica e história de ocupação diferenciadas, como é o caso de duas comunidades quilombolas situadas nos limites do parque: a comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda e a Camorim. Ambas foram oficialmente reconhecidas como comunidades quilombolas pela Fundação Cultural Palmares em 2014. A presente pesquisa, volta-se para a questão de como melhor conciliar a presença dessas comunidades e incorporá-las à gestão do Parque Estadual da Pedra Branca.

Localizado na zona oeste do município do Rio de Janeiro, o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), criado por lei estadual em 1974, é uma unidade de conservação de proteção integral. Isso significa, segundo o ministério do meio ambiente (MMA), que mais do que “assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional [...]” e “[assegurar] às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais de forma racional e ainda [propiciar] às comunidades do entorno o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis”; essa UC tem por principal objetivo a proteção da natureza, e por isso suas normas são mais restritas. Nessa unidade, por exemplo, só é permitido “o uso indireto dos recursos naturais; ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta ou dano aos recursos naturais [...] como recreação com a natureza, turismo ecológico [...], entre outras” (Ministério do Meio Ambiente, 2016).

Tendo em vista o grau de complexidade que a gestão de uma unidade de conservação de proteção integral apresenta, especialmente por localizar-se dentro de uma das maiores metrópoles do mundo, a presente pesquisa tem por objetivo avaliar de que forma as dificuldades de gestão têm sido concebidas e dirimidas. Nesse sentido, as seguintes questões norteiam essa pesquisa:

- 1) De que maneira a gestão do parque tem se articulado e negociado a permanência e/ou retirada de moradores tradicionais e não-tradicionais? Como fazem a diferenciação?
- 2) Como a gestão tem aplicado regras ambientais junto aos visitantes temporários (turistas), aos moradores tradicionais e não tradicionais (que são a maioria)?
- 3) As soluções de gestão estão sendo alcançadas? Quais obstáculos?
- 4) Qual a percepção dos moradores e turistas (gestados) em relação ao papel e a efetividade dessa gestão?

2 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa é de caráter qualitativo, mas também faz uso de métodos quantitativos para a apresentação de alguns dados de forma mais clara (em gráficos e tabelas). Ou seja, pode-se caracterizar a pesquisa como quanti-qualitativa: que utiliza elementos qualitativos para fazer a análise de dados obtidos, e de elementos quantitativos (como a criação de tabelas e gráficos a partir das informações coletadas). A principal técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista, por pautas, combinando o uso de um questionário semiestruturado, com perguntas abertas. A entrevista, e mais especificamente, a entrevista por pautas pode ser entendida como:

[...] a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificadamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

(GIL, 2007, p. 117)

A entrevista por pautas apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que se refere às pautas assinaladas. Quando este se afasta delas, o entrevistador intervém, embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo.

(GIL, 2007, p. 120)

As entrevistas foram realizadas de forma presencial nos meses de junho e novembro de 2016. O cenário inicial previa as entrevistas para os meses de junho e agosto, devido o recesso escolar e um maior fluxo de pessoas no parque. Porém, a ocorrência do evento olímpico no mês de agosto impossibilitou a realização das entrevistas nesse período; sendo essas entrevistas realocadas para o mês de novembro, período onde se iniciam as maiores temperaturas devido à proximidade da estação mais quente do ano, o verão, e assim uma maior procura por áreas de

lazer mais vegetadas e com atrativos de recursos hídricos, como cachoeiras.

Foram entrevistadas um total de quarenta e duas (42) pessoas, divididas em três (3) grupos: gestores, visitantes e membros da comunidade quilombola Cafundá Astrogilda. Desse total, três (3) são gestores do PEPB, mais especificamente, funcionários com cargos de chefia e subchefia, além de uma consultora de uso público. Outros trinta e oito (38) são visitantes que frequentam o PEPB divididos em três (3) grupos: pessoas entrevistadas na vertente do Pau da Fome, pessoas entrevistadas na vertente de Vargem Grande e pessoas entrevistadas que já foram na pedra do telegrafo. A última pessoa entrevistada é um membro da comunidade quilombola Cafundá Astrogilda que possui diálogo com a academia e com a sociedade civil, e foi apresentado por intermédio da professora Rita de Cássia Montezuma, da Universidade Federal Fluminense (UFF) de Niterói, no segundo encontro científico do PEPB, realizado em junho de 2016 no bairro de Botafogo, RJ. Vale destacar que no cronograma inicial de desenvolvimento da pesquisa constava a visita da Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda e a entrevista com os seus membros. Contudo, os jogos olímpicos no Rio de Janeiro, as eleições para a prefeitura do Rio de Janeiro e o conciliar de datas, entre outros fatores, impediram que as entrevistas fossem realizadas. Desta forma se reconhece que uma importante vertente desta pesquisa não pode ser completada já que a entrevista de um dos grupos não pode ser finalizada. Apesar disto, os dados coletados com a entrevista desse único membro entrevistado vão ser apresentadas como forma de clareza dos dados coletados e das dificuldades enfrentadas para conclusão da pesquisa.

Essas entrevistas foram realizadas presencialmente, porém em diferentes momentos, lugares e com diferentes focos. As entrevistas com os gestores foram realizadas em junho e em novembro, ambas no centro de visitantes, na sede Pau da Fome (figura 1); e possuíram como foco compreender o que os gestores listam como as maiores dificuldades e obstáculos na gestão da unidade de conservação e o posicionamento em relação a comunidade tradicional (anexo 1). As entrevistas com os visitantes foram realizadas somente em novembro, nas trilhas da vertente Pau da Fome e nas cachoeiras de Vargem Grande (figura 2), e possuíam como foco identificar o motivo da procura pela unidade de conservação, a aproximação com os gestores da unidade e o conhecimento sobre a existência de comunidades tradicionais (anexo 2). A entrevista com o membro da comunidade tradicional, na

verdade uma conversa, foi realizada em junho no encontro científico do PEPB (figura 2) e na UFF (Niterói). Caso o cronograma inicial fosse cumprido, o foco do conjunto de entrevistas teria sido identificar qual o posicionamento geral da comunidade em relação aos gestores públicos, como se apresenta essa relação e o que eles, membros da comunidade, identificam como dificuldades de gestão; como não foi possível cumprir o panorama inicial, o peso da entrevista teve que ser alterado, e foi possível dar o foco anterior a apenas um indivíduo. Assim, tira-se o peso de representação da comunidade e se passa a representação de um indivíduo (membro dessa comunidade) que possui um elevado engajamento social de luta pelos direitos da comunidade.



Figura 1 – Entrada do PEPB, sede Pau da Fome
Fonte: acervo próprio

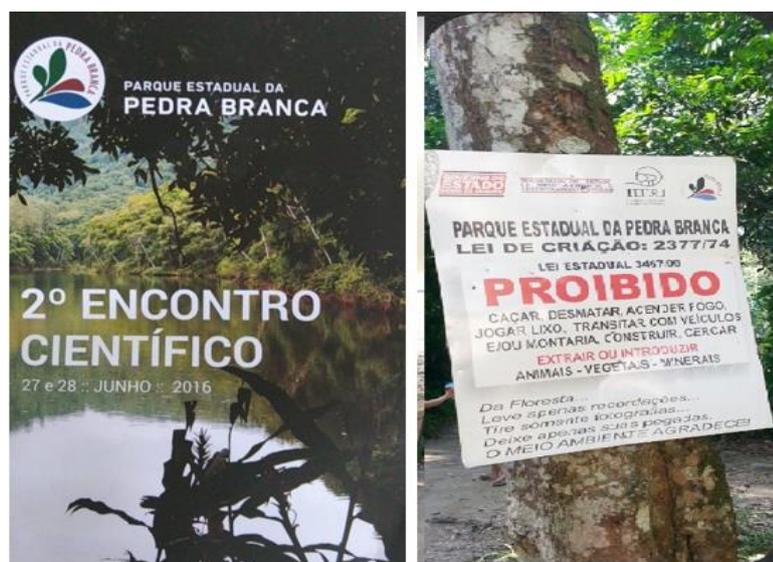


Figura 2 – Folder do segundo encontro científico do PEPB e
Entrada do PEPB em Vargem Grande
Fonte: acervo próprio

A escolha por entrevistas face a face é justificada pelo fato de essa técnica

possuir maiores vantagens, uma vez que: “possibilita a obtenção do maior número de respostas, posto que é mais fácil deixar de responder a um questionário do que negar-se a ser entrevistado”, “oferecer flexibilidade muito maior, posto que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista” e “possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz e ênfase nas respostas” (GIL, 2007, p. 118).

As entrevistas foram realizadas como uma verdadeira conversa, sem o uso de gravadores ou cadernos, procurando deixar o/a (s) entrevistado/a (s) o mais à vontade possível. A aproximação com os entrevistados se deu por intermédio de autorização verbal e apresentação de identificação (figura 3). A entrevista se iniciava deixando claro que aquela era uma pesquisa de pós-graduação onde os entrevistados não seriam identificados, e por isso nem o nome deles se questionava, e que os dados obtidos fariam parte da pesquisa. Nesse momento os entrevistados poderiam decidir ou não continuar com a entrevista.



Figura 3 – Carteirinha de identificação como aluno de Pós-Graduação PUC-Rio

Fonte: acervo próprio

As falas dos entrevistados foram transcritas para uma caderneta de campo, ainda na unidade de conservação, mas sem a presença dos entrevistados, procurando ao máximo manter a linguagem utilizada por eles; e foram posteriormente analisadas em relação ao seu conteúdo: o que foi dito? Em qual situação disse? Quais fatores se repetem? E como as falas se encaixam para compreender a relação entre esses atores e para desvendar as novas dificuldades de gestão aqui pesquisadas.

O objetivo com essa forma de análise é mais do que apenas identificar quem possui qual informação ou qual é o número de palavras e jargões pronunciados. O objetivo é poder inter-relacionar as falas para clarificar e desvendar até que grau os atores estão envolvidos com a gestão da unidade, em serem gestados pela unidade e em compreender e atuar nas dificuldades da gestão dessa unidade.

3 Referencial teórico: categorias analíticas

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define gestão ambiental como sendo:

Um conjunto de políticas, programas e práticas administrativas e operacionais que levam em conta a saúde, a segurança das pessoas e a proteção do meio ambiente utilizado para desenvolver e implementar suas intenções e princípios em relação ao seu desempenho ambiental e para gerenciar seus aspectos ambientais.

(ABNT, NBR ISO 14001, 2004)

Segundo Bruns (2007), a noção de gestão ambiental objetiva regular as ações humanas para que se obtenha o menor impacto possível sobre o meio ambiente (BRUNS, 2007 *apud* RODRIGUES & NETO, 2010, p. 57). Desse modo, gestão ambiental se aproxima de regulação ambiental, e conta com diferentes mecanismos para tal, como destaca Cohen (2007), ao falar da gestão ambiental pública:

A gestão ambiental pública brasileira remonta aos anos 70, quando foram criadas a SEMA (Secretaria Federal do Meio Ambiente) e as diversas Secretarias Estaduais do Meio Ambiente. Nessa década, prevalecem as óticas corretiva e preventiva. A gestão ambiental é praticada exclusivamente pelo Estado por meio principalmente dos instrumentos de comando e controle.

(COHEN, 2007, p. 43/44)

Do ponto de vista da gestão pública dos recursos naturais, UCs são entendidas como espaços territoriais que procuram preservar e conservar a flora e a fauna. Desse modo, é importante compreender como se entende território para que, ao final, se compreenda a gestão completa desse território. Conforme Souza (2001):

A palavra território normalmente evoca o “território nacional” e faz pensar no Estado – gestor por excelência do território nacional –, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos [...], em governo, em dominação, em “defesa do território pátrio”, em

guerras... A bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor [...]. No entanto, ele não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada [...] à internacional [...]; territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. Não obstante essa riqueza de situações, não apenas o senso comum, mas também a maior parte da literatura científica, tradicionalmente restringiu o conceito de território à sua forma mais grandiloquente e carregada de carga ideológica: o “território nacional”.

(SOUZA, 2001, p. 81)

Segundo Lages *et. al.* (2004), o conceito de território é oriundo do latim, *territorium*, que deriva do termo terra e significa pedaço de terra apropriado (LAGES *et. al.*, 2004, p. 26). Contudo, o conceito de território pode ir além, como destaca Vallejo ao salientar que nas ciências naturais o conceito de território é empregado nos estudos da Ecologia das espécies e das populações naturais, já nas ciências sociais (ciências políticas, antropologia, geografia etc.) o conceito de território é empregado de forma diferente:

Nas Ciências Políticas, o território está intimamente relacionado com a formação do Estado, enquanto na Antropologia, o conceito é muito utilizado em relação às sociedades tradicionais, onde os vínculos espaciais são bastante pronunciados. No caso da Geografia que se caracteriza, fundamentalmente, como ciência de integração entre o espaço físico e os processos sociais, o território não poderia deixar de ser uma categoria geográfica das mais importantes a serem debatidas.

(VALLEJO, 2002, p. 6)

Na Geografia em geral, território também pode ser entendido como “um nome político para um espaço de um país. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território.” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 19).

Contudo, a definição que mais se aproxima ao objeto da presente pesquisa foi apresentada por Lages. Mais especificamente, como sendo:

“Espaço apropriado por um ator [ou mais], sendo definido e

delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões. Cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço”.

(LAGES *et. al.*, 2004, p. 26)

No destaque anterior território se distancia de seu entendimento clássico como território-nação, e se aproxima de um conceito mais operacional, de aplicação prática; fornecendo as bases conceituais para o entendimento das manifestações de poder sob o espaço:

“Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram que ela deseja e é capaz de explorar”. Ou: “...denominaremos território a porção da natureza e do espaço que uma sociedade reivindica como o lugar em que seus membros encontrarão permanentemente as condições e os meios materiais de sua existência” (GODELIER, M., 1984, *apud* HAESBAERT, R., 2002).

(VALLEJO, 2002, p. 7/8)

Essa apropriação do espaço territorial por um ou mais atores estabelece uma relação de proximidade e direito que Lages *et. al.* (2004) vão chamar de territorialidade e explicar que:

O conceito de territorialidade refere-se, então, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas [...] e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. [...]. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações e reforçar a identidade do grupo ou comunidade.

(LAGES *et. al.*, 2004, p. 28)

É essa aproximação assimilativa da noção de território e territorialidade, que têm sido incorporadas às políticas públicas de meio ambiente, principalmente no que tange à necessidade de promover desenvolvimento local e conservação da natureza. Um grande exemplo dessa aproximação é a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (decreto

federal 6.040 /2007) que no inciso I do artigo 3º, determina que:

Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

(Decreto Federal nº 6040, 2007)

Assim como classifica, essa legislação também vai aproximar essas comunidades do conceito de território e territorialidade, definindo para essas comunidades como:

Os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

(Decreto Federal nº 6040, 2007)

Mesmo realizando a associação entre comunidades tradicionais e território, vale destacar que: ser reconhecido enquanto comunidade tradicional quilombola (reconhecimento dado pela Fundação Palmares por exemplo) é diferente de ter a terra reconhecida e demarcada (reconhecimento feito pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). É importante destacar que esse reconhecimento dado pela Fundação Palmares é o início de um processo legal de registro e obtenção de direitos, mas não garante o direito da propriedade para esses grupos. Para tal feito, é necessário que, após a obtenção do reconhecimento pela Fundação Palmares, as comunidades tradicionais acionem o INCRA para obtenção do direito à propriedade coletiva.

A existência de uma definição legal (como presente no decreto federal 6.040) e de uma estrutura burocrática (como apresentado anteriormente) que atenda a essas comunidades tradicionais é de extrema importância para que se observe que essas comunidades possuem uma territorialidade que é negligenciada. Essa importância

legal foi destacada pela ex-ministra do meio ambiente Marina Silva, ao afirmar sobre comunidades tradicionais que:

A implementação de políticas direcionadas a esses segmentos requeria uma definição do conceito de comunidades tradicionais. No campo teórico, são várias as tentativas de conceituação, partindo da realidade diferenciada desses grupos diante da sociedade envolvente. Busca-se definir um conjunto mínimo de características que permitam diferenciar os povos e comunidades tradicionais do restante da sociedade, clarificando assim quais princípios poderiam servir como elementos identificadores desse conjunto heterogêneo.

(SILVA, 2007. p. 07)

Fica claro na seguinte passagem, que a construção do conceito de povos e comunidades tradicionais é indissociável da noção de territorialidade. Ainda, segundo Silva:

Invariavelmente, a questão primordial é o acesso à terra, ou, no caso, ao território e aos recursos naturais. Neste sentido, cumpre-nos destacar a relevância do papel desempenhado por esses grupos na conservação dos recursos biológicos e dos conhecimentos tradicionais a eles associados, inclusive na manutenção da agrobiodiversidade, em contraposição ao agravamento de aspectos relacionados às possibilidades de permanência desses povos e comunidades nos espaços necessários à sua subsistência.

(SILVA, 2007. p. 08)

Com as afirmações anteriores de Silva, fica aparente perceber que a definição de território e de territorialidade está intimamente conectada com a relação que povos e comunidades tradicionais (principalmente as comunidades quilombolas – como aqui pesquisadas) possuem com o território onde estão inseridas. Esse território acaba sendo palco de disputas dependendo da sua localização e recursos, e mesmo com todo esse aparato legal, os desafios que uma comunidade tradicional enfrenta para ser reconhecida e para fazer valer os seus direitos legais ainda são gigantescos. Vários fatores estão associados a esse processo, entre eles o fato de algumas comunidades estarem inseridas no território urbano – fato que em si não impede o seu reconhecimento, mas cria obstáculos para a demarcação de terras coletivas uma vez que a pressão do capital especulativo financeiro imobiliário pode possuir ação sobre essas áreas

(sendo mais um fator de ação) – e o fato de elas estarem inseridas em uma unidade de conservação (proteção integral ou uso sustentável) – processo que torna a demarcação de terras mais lenta, uma vez que parte da área requeria pertence a uma UC que limita a ação da comunidade já que existem limites de uso e alteração dos recursos em uma UC.

É esse o cenário das comunidades que hoje se encontram inseridas no PEPB. Mesmo presentes na região antes da criação do parque (como será visto posteriormente), o reconhecimento dessas comunidades enquanto tradicionais só passou a existir após a criação da UC. Assim, o direito à propriedade das comunidades que ali estão se confunde com o território pertencente ao parque estadual, ou seja, no tocante da gestão dessa unidade existe um conflito inerente entre a gestão estadual (INEA-RJ) e a presença desses grupos em uma unidade de conservação de proteção integral, ou seja, que não permite a presença de moradores. Justamente por esse fato que Diegues (2001) vai destacar que:

Em muitos casos, eles [os parques] têm acarretado a expulsão dos moradores tradicionais de seus territórios ancestrais, como exige a legislação referente às unidades de conservação restritivas. Na maioria das vezes, essas leis restringem o exercício das atividades tradicionais de extrativismo, caça e pesca dentro das áreas protegidas.

(DIEGUES, 2001, p. 11)

Com essas observações, Diegues deixa registrado que não foram essas comunidades que passaram a habitar as UC; foram essas áreas protegidas que foram criadas em locais onde já existia a presença histórica dessas comunidades. Assim, não se pode observar em detalhes uma unidade de conservação com essa característica sem levar em consideração a sua história de formação territorial.

Oliveira (2007) é um dos principais autores que vai destacar uma série de eventos históricos que vão relacionar o uso de diversas áreas de mata atlântica como ambientes florestas utilizados para a reprodução social e econômica de diversos grupos étnico-culturais. Alguns desses rastros deixados nos territórios são resultados da agricultura de coivara (OLIVEIRA, 2007, p. 15) e a presença de ruínas de usinas de carvão. Esses elementos, como apresentados por Oliveira (2007, 2011, 2015) estão presentes e intimamente ligados a história de construção do maciço da

Pedra Branca e da sua posterior transformação em unidade de conservação (como será visto posteriormente).

Desta forma, realizar uma pesquisa no PEPB, é compreender, e reconhecer, que esse espaço territorial é demarcado enquanto uma UC do governo do estado do Rio de Janeiro, e por isso sofre uma gestão territorial governamental. Assim, por ser uma UC, a sua preocupação principal está relacionada aos recursos naturais presentes. Logo, desta forma, é inegável a existência de uma gestão ambiental que se soma a gestão territorial.

Contudo, essa gestão pode ser identificada ou visualizada de forma verticalizada (só pela ação estadual) ou de diferentes outras formas já que o estado não é o único ator envolvido. Como observado, esse território também compreende a presença de comunidades tradicionais quilombolas que habitam esse espaço antes mesmo da criação do parque, ou seja, são comunidades que habitam o Maciço da Pedra Branca e que, atualmente, fazem parte do processo de gestão de uma área protegida.

Compreender as relações entre as categorias analíticas aqui apresentadas, é compreender que o estudo nesse espaço territorial é um estudo transdisciplinar e que dentro dessa transdisciplinaridade, e no escopo dessa pesquisa, se pode destacar a importância da geografia para o estudo ambiental. Segundo Mendonça (2001) “A geografia, desde o estabelecimento de sua condição de ciência moderna, tem no ambientalismo uma de suas principais características. Ela reflete a riqueza da dualidade do conhecimento geográfico. ” (MENDONÇA, 2001, p. 113). Essa ciência vai além de apenas complementar a transdisciplinaridade; ela vai complementar diretamente esse conceito ao transcender “à desgastada dicotomia geografia física *versus* geografia humana” no estudo dos fatores e elementos que compõem o objeto de estudo (IBIDEM, p. 115).

4 Histórico da criação das unidades de conservação do tipo parque no Brasil e no estado do Rio de Janeiro

A implementação de unidades de conservação como modelo de áreas protegidas de partes florestais do globo, principalmente no ocidente, é fruto de debates que se alongaram por décadas em vários países. Há registros de “áreas protegidas” que datam do ano de 250 a.C. na Índia. Segundo Milano (2012):

Há informações sobre disputas tribais chinesas por territórios florestais, protegidos pelos vencedores para usufruto comunitário; há registros hindus sobre a destinação de áreas para proteção integral da natureza por motivos religiosos, sendo as mesmas consideradas santificadas; há a historicamente referenciada proposta de Platão, na Grécia antiga, para reflorestamento das degradadas colinas de Ática, pelo sobre uso, para recompor os mananciais hídricos; há o registro da comunidade suíça da Gladis que, em 1490, declarou ao mesmo tempo a proteção das florestas locais e sua franquia ao usufruto coletivo; e, entre tantos outros que merecem destaque, há o registro pelos espanhóis de rígida prática de proteção dos guanos pelos incas, de cujos excrementos dependiam para o sucesso da agricultura.

(MILANO, 2012, p. 18)

No entanto, o marco histórico da criação de áreas protegidas foi o estabelecimento do primeiro parque nacional do mundo em *Yellowstone*, nos Estados Unidos, em 1872. Ao longo do século XX, surgiram os primeiros debates internacionais sobre meio ambiente. Um dos temas mais discutidos sempre foi a busca de soluções para a crescente transformação do ambiente natural, como resultado da revolução industrial e do modelo de desenvolvimento adotado pela maior parte das nações desenvolvidas e em processo de desenvolvimento, notadamente após a segunda guerra mundial, com a explosão do comércio internacional. Milano (2012), ao falar sobre essa característica, destaca que:

[...] é o advento da criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872 nos Estados Unidos, o fato que marca o início do movimento moderno de conservação da natureza, realizado através da criação, implantação e manejo de áreas protegidas como as vemos a discutimos hoje. Quaisquer referências sobre as influências germânicas ou inglesas no movimento conservacionista

norte-americano não tira em nada o brilho da ideia de parques nacionais, cuja criação, efetiva implementação e desenvolvimento se consolidaram como modelo copiado e adaptado (em geral para pior) mundo afora.

(MILANO, 2012, p. 18/19)

Essa preocupação ambiental e criação de áreas protegidas passa a ganhar um debate global de destaque apenas um século mais tarde. Só no século XX que serão realizadas as duas maiores conferências mundiais que servem como marcos da preocupação, e ação global, com clima, com meio ambiente e com a questão ambiental: a conferência de Estocolmo em 1972, na Suécia, e a Convenção das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, em 1992 no Rio de Janeiro, Brasil.

Oliveira (2012) destaca que “para muitos estudiosos do direito ambiental, o marco inicial para a disciplina [ambientalista] seria a Convenção de Estocolmo de 1972.” Tal fato se reforça vinte anos depois, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (em 1992), que veio ratificar as ideias preservacionistas de Estocolmo (OLIVEIRA, 2012, p.16/17). Além de Oliveira (2012) outros autores colocam a década de 70 do século XX como um marco para as questões ambientais. Vitte e Guerra (2004) são alguns desses autores ao afirmarem que: “a preocupação com as questões ambientais ganhou espaço no Primeiro Encontro Mundial sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, Suécia, em 1972, mas eclodiu na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992 (VITTE E GUERRA, 2004, p. 140).

Essas duas conferências são um marco na ênfase ao debate ambiental em escala global. Contudo, são conhecidas por visarem acordos mais gerais, de melhorias ambientais globais como o tratado internacional conhecido como Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) (Agência Brasil, 2010). Os acordos sobre proteção ambiental e a criação de unidades de conservação são impulsionadas por alguns debates e congressos internacionais antes, durante e depois, dessas conferências, como destaca Milano (2012) ao afirmar que: “[...] em 1933, com a realização da Convenção Mundial para a Proteção da Fauna e da Flora em Estado Natural, em Londres, o conceito de parque nacional foi estabelecido internacionalmente [...]” (MILANO, 2012, p. 19). E segue colocando em destaque

o ano de 1948 como importante para a questão ambiental ao enfatizar que:

Em 1948, nasceu a União Internacional para Proteção da Natureza (UIPN), embrião da atual União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), entidade internacional que associa países, agências governamentais e organizações não governamentais e tem importante papel para a conservação em nível mundial, com destaque para estratégias de proteção de espécies ameaçadas de extinção e os mais diversos aspectos relacionados às áreas protegidas, o que tem contribuído para certa uniformização no usos de conceitos e práticas de manejo.

(MILANO, 2012, p. 19/20)

A UICN, citada anteriormente, realiza a cada dez anos, desde 1962, o Congresso Mundial de Parques, onde são debatidos os avanços e retrocessos nas políticas ambientais que se utilizam do modelo de áreas protegidas pelo mundo. Esse evento é o único fórum global dedicado exclusivamente às áreas protegidas (FERNANDEZ, 2016, p. 133; WWF, 2016).

Percebe-se que desde 1872 (criação do parque nos EUA) diversos congressos, debates e conferências foram sendo realizados para, em nível global, criar ações concretas para a proteção, preservação e conservação do ambiente. Uma dessas ações é, como destacou Milano (2012) anteriormente, promover a criação de uma área protegida tendo como modelo adaptativo *Yellowstone*; esse modelo adaptativo geralmente é uma cópia piorada (MILANO, 2012, p. 18/19).

A tabela 1 apresenta uma lista cronológica dos primeiros países a criarem áreas protegidas pelo mundo. O Brasil foi um dos últimos a criar uma Unidade de Conservação (UC). Apenas na segunda metade da década de 1930, exatamente em 1937, o país criou o seu primeiro parque nacional – o Parque Nacional de Itatiaia, situado na divisa entre os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (MILANO, 2012).

Tabela 1: Criação de Unidades de Conservação no modelo de Yellowstone

PAÍS	ANO DE CRIAÇÃO
Canadá	1885
Nova Zelândia	1894
México	1898
África do Sul	1898
Austrália	1898
Argentina	1903
Chile	1926
Argentina	1903
Chile	1926
Equador	1934
Venezuela	1937
Brasil	1937

Fonte: GUERRA, 2009, p. 33; SCHENINI, 2004, p. 2 (adaptado)

Apesar do estabelecimento do Parque Nacional de Itatiaia em 1937, já em 1808, foi criado o Jardim Botânico por D. João, na atual zona sul da cidade do Rio de Janeiro, para que fosse um reduto de aclimatação de espécies vegetais (Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2016) e, ainda no Brasil império, foram criadas as florestas protetoras em 1861, que posteriormente se tornaram a Floresta da Tijuca (Parque Nacional da Tijuca, 2016). Fernandez (2011) auxilia nessa compreensão ao destacar que:

De acordo com Barreto Filho (2004: 56), no início do século XX, já existia no Brasil, uma pluralidade de categorias de espaços florestados protegidos – florestas nativas, florestas protetoras, reservas florestais, hortos florestais –, com diferentes finalidades. O termo “parque nacional” surgiu pela primeira vez em um dispositivo legal datado de 1921, com a criação do Serviço Florestal. Contudo, foi apenas no final dos anos 1930 que os primeiros parques nacionais foram criados – Itatiaia, em 1937 [...], Serra dos Órgãos e Iguaçu, ambos em 1939 – e que se constituiu a primeira geração de leis brasileiras relacionadas à proteção da natureza – o Código Florestal, o Código de Caça e Pesca, o Código de Águas, o Código de Minas e o Código de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, todos eles gerados entre maio de 1933 e outubro de 1934.

(FERNANDEZ, 2011, p. 10/11)

A afirmação de Fernandez deixa explícito que, mesmo a concepção de se criar áreas protegidas já existir desde o início do século XX (fruto das legislações criadas

no século XIX pela coroa portuguesa no Brasil), a criação de unidades de conservação passa a ser, a partir da década de 1930, um marco na política de proteção ambiental brasileira. Não apenas devido a criação do Parque de Itatiaia, mas também devido a aprovação do texto do código florestal de 1934, documento legal de regulava as unidades de conservação a partir daquele momento, e onde figurava a proteção da natureza como um princípio fundamental para a União e os Estados (CASTELO, 2015, p. 222).

Dentro dessa lógica de regulamentação, Medeiros (2006) e Castelo (2015) irão dividir a histórica política de regulamentação ambiental brasileira em três importantes momentos: de 1934 até 1964, de 1965 até 1999 e a partir dos anos 2000. Essa lógica acompanha a criação de três marcos legais para o Brasil: Código Florestal de 1934, Código Florestal de 1965 e Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza de 2000. Dentro de cada um desses períodos existem outras leis que acompanham a evolução da construção do aparato legal de proteção ambiental, como destaca Fernandez (2011) ao enfatizar que nos anos de 1940 foi construída uma estrutura burocrática para a conservação da natureza e a “criação de florestas protetoras da união, para proteger as florestas em torno de mananciais que pudessem garantir o abastecimento de água potável” (FERNANDEZ, 2011, p. 12), e como está apresentado na tabela 2 adaptada de Medeiros (2006) e Castelo (2015).

Tabela 2 - Evolução da legislação ambiental no Brasil
(Principais instrumentos de criação das Áreas Protegidas no Brasil)

PERÍODO	INSTRUMENTOS
1934 – 1964	Código Florestal (Dec. 2.3793/34) Código de Caça e Pesca (Dec. 2.3793/34)
1965 – 1999	Novo Código Florestal (Lei 4.771/65) Lei de Proteção dos Animais (Lei 5.197/67) Programa MaB, 1970 (Dec. 74.685/74 e Dec. Pres. 21/09/99) Convenção sobre zonas Úmidas, 1971 (Promulgada pelo Dec. 1.905/96) Conv. Patrimônio Mundial, 1972 (Promulgada pelo Dec. 80.978/77)

	<p>Estatuto do Índio (Lei 6.001 de 19/12/73)</p> <p>Lei de criação das Estações Ecológicas (Lei 6.902/81)</p> <p>Lei de Criação das Áreas de Proteção Ambiental (Lei 6.902/81)</p> <p>Decreto da Criação das Reservas Ecológicas (Dec. 89336/84)</p> <p>Lei de Criação das ARIEs (89.336/84)</p> <p>Lei de Criação das RPPNs (1.922/96)</p>
2000 em diante	<p>Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei 9985/2000)</p>

Fonte: Sumarizada a partir de Medeiros, 2005 apud CASTELO, 2015, p. 224 (adaptado); MEDEIROS, 2006, p. 47 – 49 (adaptado).

Interessa ressaltar desse conjunto que, mesmo aprovado em 1934, o Código Florestal passou por dificuldades de implementação uma vez que o seu objetivo primário era conter os avanços do desmatamento da Mata Atlântica para o plantio do café. Em 1965, a aprovação do texto do Novo Código Florestal apresentou avanços, mas não suficientes. Nessa nova lei ainda não estava introjetado o conceito de reserva da vegetação natural por exemplo. Essa situação foi modificada somente em 1981, com a Política Nacional do Meio Ambiente (CASTELO, 2015, p. 223 - 225).

Essa política, que foi pela lei nº 6.938/81, estabelecia alguns princípios como: “manutenção do equilíbrio ecológico; racionalização do uso do solo; planejamento e fiscalização dos recursos ambientais; preservação de áreas representativas; controle e zoneamento; incentivo a pesquisas; recuperação de áreas degradadas[...]”. Esses fatores possuem como claro objetivo “a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com preservação da qualidade do meio ambiente, definindo áreas prioritárias para a qualidade do equilíbrio ecológico segundo os interesses da União, Estados e municípios” (BRASIL, 1981 *apud* CASTELO, 2015, p. 225).

Essas divisões por ciclos ajudam a compreender como se desenvolveu o aparato ambiental legal no Brasil, mas não devem ser interpretados como ciclos fechados. Cada um desses momentos auxiliou no amadurecimento do debate da

proteção ambiental e resultou, em 1988, na efetivação inovadora de todo um capítulo da Constituição Federal brasileira dedicada ao Meio Ambiente (Caraciolo, 2003 *apud* CASTELO, 2015, p. 222). Foi inclusive, a partir dessa Constituição Federal, que em 1989, se criou o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a partir do qual se manteve um crescente para se criar a lei 9.985/00, conhecida como Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituída no ano 2000.

Após a criação do IBAMA e do SNUC, em 2007 o governo brasileiro cria o Instituto Chico Mendes para Biodiversidade - ICMBio (Ministério do Meio Ambiente, 2016). Em 2012 o congresso aprova e o presidente sanciona o Novo Código Florestal, lei 12.651 de 2012 (BRASIL, 2012), que altera o Código Florestal de 1965. Assim, “[...] houve uma evolução [...] no aparato legal com o objetivo de possibilitar o gerenciamento dos problemas socioambientais no Brasil” (CAMARGO *et al.*, 2002, p. 40).

Do ponto de vista da conservação da natureza *in situ*, o marco da nova política ambiental brasileira permanece sendo o SNUC (mencionado anteriormente). Uma vez que essa lei fornece o novo sistema de classificação com as tipologias de UCs, seus objetivos e diretrizes para o zoneamento e manejo desses territórios. A variedade de UCs propostas busca refletir e proteger espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente (Ministério do Meio Ambiente, 2016).

Conforme a lei que estabelece o SNUC, as UCs no Brasil são de dois tipos: as de proteção integral e as de uso sustentável. Nas unidades de proteção integral a conservação da natureza é o principal objetivo, por isso as regras e normas de uso dos recursos naturais são mais restritivas. Nesse grupo é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta ou dano aos recursos naturais (ex. recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental, entre outras); as unidades de uso sustentável, ao contrário, são áreas que visam conciliar a conservação da natureza com o uso dos seus recursos naturais. Nesse grupo, atividades que envolvem coleta e uso dos recursos naturais são permitidas, desde

que praticadas de uma forma que a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos esteja assegurada (Ministério do Meio Ambiente, 2016; SCHENINI, 2004, p. 4).

A definição e as classificações apresentadas, englobam uma rede de unidades de conservação brasileiras que compõem um amplo sistema de proteção ambiental. A proteção ambiental aparece em forma de regras que visam manter a biodiversidade, refúgios para espécies ameaçadas e a manutenção de funções ecossistêmicas, ou como são chamados, os serviços ecológicos. Assim, “aumentar o número, e conseqüentemente, a área total de proteção, é uma das estratégias com melhor custo-benefício para proteger a biodiversidade [...], embora apenas unidades com manejo adequado garantam a preservação ao longo do tempo [...]” (MORETI, 2013, p. 1).

Desta forma, o contínuo aperfeiçoamento das leis e dos aparatos legais possibilitou a criação e construção de um extenso grupo de unidades de conservação que foi se aprimorando e adquirindo destaque em todo o território brasileiro. Em 1961, por exemplo, é criado um dos mais importantes parques brasileiros, o Parque Nacional do Rio de Janeiro que, a partir de 1967, passa a se chamar Parque Nacional da Tijuca e que, antes disso, já era conhecido como Floresta da Tijuca (Parque Nacional da Tijuca, 2016); e em 1985 é criado o Parque Nacional da Chapada Diamantina, na Bahia, considerado até hoje um dos mais belos Parques Brasileiros. Em ordem cronológica, lista-se na tabela 3 todos os Parques Nacionais criados no Brasil desde 1937.

Tabela 3: Unidade de Conservação do tipo parque criadas no Brasil

ANO DE CRIAÇÃO	NOME
1937	Parque Nacional de Itatiaia
1939	Parque Nacional do Iguçu Parque Nacional da Serra dos Órgãos
1959	Parque Nacional de Aparados da Serra Parque Nacional do Araguaia Parque Nacional de Ubajara
1961	Parque Nacional de Brasília Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros Parque Nacional das Emas Parque Nacional Histórico do Monte Pascoal Parque Nacional do Caparaó Parque Nacional das sete cidades Parque Nacional da Tijuca

1971	Parque Nacional da Serra da Bocaina
1972	Parque Nacional da Serra da Canastra
1974	Parque Nacional da Amazônia
1979	Parque Nacional de Picaás Novos
1980	Parque Nacional do Cabo Orange Parque Nacional do Jaú
1981	Parque Nacional de Anavilhanas Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses Parque Nacional do pantanal
1983	Parque Nacional Marinho dos Abrolhos
1984	Parque Nacional da serra do cipó
1985	Parque Nacional Chapada da Diamantina
1986	Parque Nacional da Lagoa do Peixe
1988	Parque Nacional de Fernando de Noronha
1989	Parque Nacional da Chapada dos Guimarães Parque Nacional Grande Sertão veredas Parque Nacional do Monte Roraima Parque Nacional da serra do divisor
1992	Parque Nacional da serra geral
1997	Parque Nacional de Ilha Grande
1998	Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba Parque Nacional da serra das confusões Parque Nacional do Viruá
1999	Parque Nacional Cavernas do Peruaçu Parque Nacional do Pau Brasil
2000	Parque Nacional da Serra da Bodoquena
2001	Parque Nacional Serra da Cutia
2002	Parque Nacional de Jericoacoara Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque Parque Nacional das sempre-Vivas
2004	Parque Nacional da serra do Itajaí
2005	Parque Nacional das Araucárias Parque Nacional da Serra do Pardo Parque Nacional serra de Itabaiana
2006	Parque Nacional Campos Amazônicos Parque Nacional do Juruena
2012	Parque Nacional do Descobrimento

Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2016 (adaptado)

Atualmente o Brasil conta com cerca de 150 milhões de hectares de áreas protegidas, cerca de 17% do território (um valor acima da média de 13% registrado no globo), “mas certamente aquém das necessidades e responsabilidades como país megadiverso e economicamente emergente” (MILANO, 2012, p. 21).

Nesse contexto, o Brasil é um dos países que mais criou unidades de conservação nos últimos 10 anos. Contudo, essa criação se deu de forma tensa,

conflituosa e com pouco engajamento social (ORTEGA, 2012, p. 143), fato que gerou um recente debate sobre a forma como esses territórios são geridos pelos órgãos competentes e como esses territórios são compreendidos pela sociedade.

Essas questões apresentadas em escala nacional passam também a ter visibilidade nas escalas estaduais e municipais. O estado do Rio de Janeiro, por exemplo, possui diversas UCs do tipo parque geridas pelo governo estadual. Além de diversas unidades espalhadas pelo Estado (tabela 4), seu território possui dois parques, um estadual e outro federal, encravados na cidade do Rio de Janeiro (PARNA da Tijuca e Parque Estadual da Pedra Branca), considerados os maiores parques urbanos do país.

Tabela 4

Unidade de Conservação do tipo Parque criadas no estado do Rio de Janeiro

Ano de Criação	Nome da Unidade
1969	Parque Estadual da Chacrinha
1970	Parque Estadual do Desengano
1971	Parque Estadual da Ilha Grande
1974	Parque Estadual da Pedra Branca
1978	Reserva Florestal
2002	Parque Estadual do Grajaú
1991	Parque Estadual da Serra da Tiririca
2002	Parque Estadual da Serra da Concórdia
2002	Parque Estadual dos Três Picos
2008	Parque Estadual do Cunhambebe
2011	Parque Estadual Costa do Sol
2012	Parque Estadual da Lagoa do Açú
2012	Parque Estadual da Pedra Selada
2013	Parque Estadual do Mendanha

Fonte: INEA, 2016 (adaptado)

Comparando a tabela 3 com a tabela 4, pode-se observar uma continuidade temporal entre o aparato legal construído cronologicamente entre o governo federal e o governo do estado do Rio de Janeiro. Essa equiparação de criação de áreas

protegidas não se coloca apenas no campo de criação das unidades de conservação do tipo parque, mas também no campo da gestão. Assim como o governo federal se empenhou em criar legislações que dessem aporte as áreas protegidas instaladas, o governo estadual fluminense também investiu na criação de instituições e legislações que respeitassem, obrigatoriamente, as leis federais já instituídas.

Ao longo da história recente de criação de órgãos voltados exclusivamente para a gestão ambiental no Estado do Rio de Janeiro, destacamos o papel desempenhado pelas extintas Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (FEEMA), Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla) e pelo também não mais existente Instituto Estadual de Florestas (IEF). Desde 2007, a competência na área de monitoramento e fiscalização ambiental passou a ser do Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Fernandez ajuda a compreender esse processo:

Percebe-se também [...] a linha de continuidade entre as políticas ambientais federais e aquelas que começam a se desenvolver no campo ambiental fluminense. Além de uma afinidade ideológica, há também uma transferência de uma parcela do funcionalismo federal para a esfera estadual, a partir da transferência da capital para Brasília e, posteriormente com a fusão do estado da Guanabara e Rio de Janeiro. Da mesma forma, o modelo administrativo federal inspira a organização das secretarias estaduais.

(FERNANDEZ, 2008, p. 6)

Fernandez (2011) vai além ao destacar que “mesmo depois desse período, o Rio de Janeiro permaneceu como um importante centro de pesquisas e de defesa de ideais conservacionistas”. Tal fato refletiu na presença de intelectuais, membros da burocracia federal, no Rio de Janeiro, buscando orientar a formação da nova estrutura burocrática estadual (FERNANDEZ, 2011, p. 13).

Contudo, não são apenas a cultura institucional e os princípios organizacionais que são transferidos da escala federal para a escala estadual. As trocas entre a escala federal e a estadual são tão intensas que as mesmas restrições que são adotadas para os parques nacionais, são também adotadas para os parques estaduais (PENNA-FIRME & MATOS, 2015, p. 565 - 588).

O Parque Estadual da Pedra Branca é um exemplo de unidade de conservação integral que apresenta uma complexidade específica e emblemática

das contradições, possibilidades e conflitos entre os propósitos, bem-intencionados, de conservação da natureza e os objetivos de desenvolvimento econômico e social, ambos promovidos por diversos agentes públicos e privados.

Porém, antes de avançarmos na exposição dessa complexidade que envolve as dificuldades de gestão e as soluções para os problemas socioambientais mais relevantes, como a presença de pessoas no interior da área de proteção integral; se faz necessário apresentar alguns dos mais recentes e importantes trabalhos publicados na área de gestão de unidades de conservação que destacam a variedade de diferentes escalas envolvidas na gestão de unidade de conservação.

Alguns estudos têm se debruçado sobre a questão da gestão de diferentes unidades de conservação da natureza. Desses podemos destacar IBAMA (2007) que através de um estudo quantitativo e da aplicação de um método específico, o método rappam, classificou as diferentes UC federais (proteção integral e uso sustentável) de acordo com a sua efetividade de gestão, separando-as em três grupos: alta efetividade (13%), média efetividade (36%) e baixa efetividade (51%); Cohen & Silva (2009) publicaram o resultado da pesquisa de doutorado (2007) em que aplicaram um questionário online para as UC do tipo Parque na cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de avaliar as estratégias colaborativas de gestão. Estes autores chegaram à conclusão que dos 8 (oito) parques pesquisados, apenas um (1) possuía conselho consultivo em pleno funcionamento na cidade; Moretti (2013), que através de um questionário online para gestores de diferentes UC do Brasil, chegou à conclusão de que a maior parte dos gestores não usam os trabalhos científicos como auxílio de gestão, identificando uma lacuna entre o conhecimento da academia e a prática da gestão; Semeia (2013), um instituto que, através de um questionário online para gestores de diferentes UC pelo Brasil, objetivou criar dados para o uso público em UC, e obteve como resultado diversos dados quantitativos que servem como parâmetro para a gestão governamental da unidade balizar o seu uso público; e Carbone *et. al.* (2015) que realizaram um estudo sobre a gestão de áreas verdes no município de São Paulo levando em consideração os dados bibliográficos e os atores envolvidos. Os autores chegaram à conclusão de que existiram avanços na gestão desses territórios, mas que ainda existem muitos limites como a descontinuidade de ações.

Todas essas pesquisas citam e balizam a sua gama de informações nos gestores do órgão público responsável, isso porquê, como destaca o instituto semeia (2013):

Os gestores de unidades de conservação e outros profissionais dedicados à administração desses espaços certamente estão entre os maiores conhecedores do contexto político, social, econômico e ambiental do qual as UC fazem parte. Por isso a participação desses atores é condição “sine qua non” para a realização de um estudo [...].

(SEMEIA, 2013, p. 5)

Carbone *et. al.* (2015), ao falar sobre a gestão de áreas verdes no município de São Paulo, como mencionado anteriormente, não irá destacar apenas a presença dos gestores; ela apresentará não apenas um, mas quatro níveis de atores presentes: “gestores públicos, sociedade civil, representantes do poder legislativo e pesquisadores” (Carbone *et. al.*, 2015, p. 202). Essa autora acaba por destacar que a gestão de uma área protegida não é realizada somente pelos gestores governamentais, e sim pelo conjunto de atores envolvidos nesse território administrativo.

Para essa pesquisa em questão, foi necessária uma adaptação da explicação fornecida por de Carbone *et. al.* (2015) como será visto posteriormente. Na seção seguinte, assim como Fernandez (2008), “pretendo aqui também me apropriar do Parque da Pedra Branca, isto é, de sua história e processos de gestão, como um caso exemplar dos dilemas e desafios [...] nos parques nacionais ou estaduais (FERNANDEZ, 2008, p. 3).

5 Do Maciço ao Parque Estadual da Pedra Branca

Criado por lei estadual em 1974, o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) se localiza na atual zona oeste do município do Rio de Janeiro (figura 4) e atualmente se sabe que esse parque estadual é um dos maiores parques urbanos do estado do Rio de Janeiro, com um total aproximado de 12.394 hectares (ha) ou 123.940.000 metros quadrados (m²). Por sua localização ele faz divisa com outros dezessete bairros (figura 5), que são: Jacarepaguá, Taquara, Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande, Recreio dos Bandeirantes, Grumari, Jardim Sulacap, Realengo, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Santíssimo, Campo Grande, Senador Vasconcelos, Guaratiba e Barra de Guaratiba, ocupando cerca de 10% do território município – extensão três vezes maior que Parque da Tijuca (CASTRO, 2015, p. 71 – 72; Plano de Manejo do PEPB, 2013, p. 01).

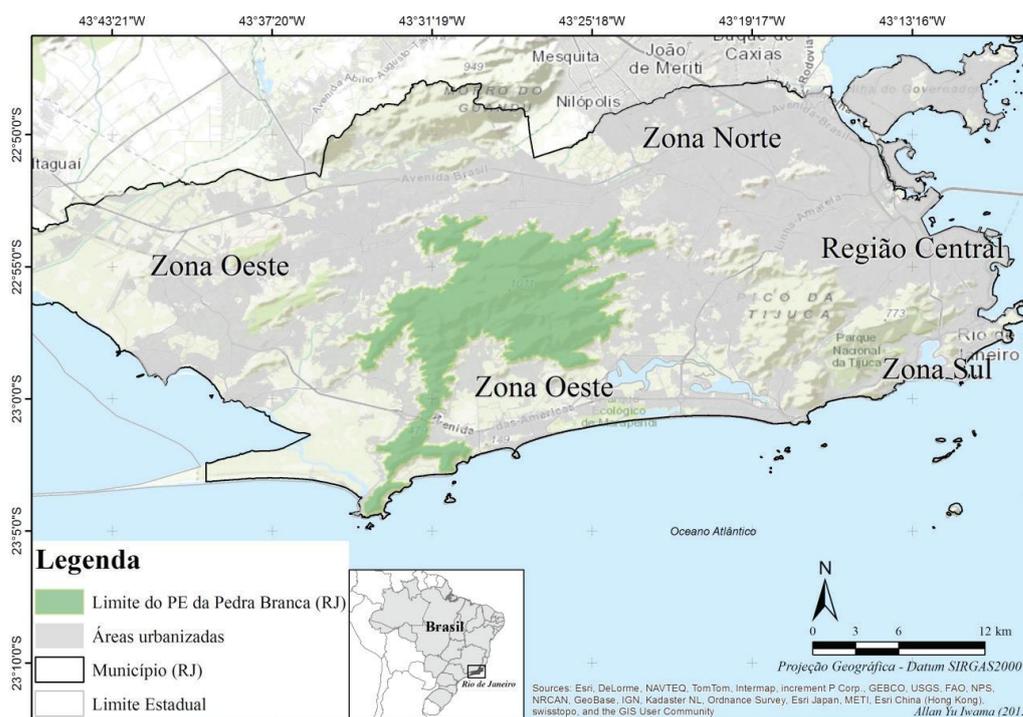


Figura 4 – Mapa de localização do Parque Estadual da Pedra Branca.

Fonte: IWAMA *et. al.*, 2014, p. 79



Figura 5 – Mapa de localização de alguns dos bairros vizinhos ao PEPB
Fonte: Google Earth (modificado)

Sua localização é apontada por estudos recentes como uma das mais complexas do território fluminense devido a gama de conflitos e potencialidades que sua administração precisa conciliar (GUERRA, 2009, p. 231; CASTRO, 2015, p. 71 - 73).

A explicação para tal situação é simples. Com o território cada vez mais ocupado, o atual processo de criação de unidades de conservação raramente é consensual e pacífico, especialmente em nível local. Isso sem contar interesses em mineração, grandes projetos de infraestrutura, posicionamentos ideológicos e interesses eleitorais, entre outros inibidores.

(MILANO, 2012, p. 22)

Essas complexidades presentes atualmente são fruto de um conjunto de fatores históricos da formação socioespacial do território da zona oeste no município do Rio de Janeiro. Oliveira (2007) e Oliveira e Montezuma (2010), são alguns dos autores que se debruçaram a estudar essa história de formação. Dentro do entendimento da formação histórica de um território, e compreendendo que a formação deste território, e transformação dessa paisagem, é anterior ao parque, os autores não denominam a área como Parque Estadual da Pedra Branca, e sim como Maciço da Pedra Branca (OLIVEIRA, 2007, p. 11-23; OLIVEIRA E MONTEZUMA, 2010, p. 117-128), objetivando deixar notável que a escala temporal de estudo nesse território é anterior a criação a unidade de conservação.

Desse modo, podemos considerar pelo menos dois momentos, ao tentar retomar um pouco a história em movimento desse território. O primeiro momento seria do tempo anterior à formalização da presença governamental através da institucionalização de novas regras pelo estabelecimento da UC e, o momento depois desse marco, ou seja, até os dias de hoje.

Sobre o primeiro momento, antes da presença do estado, Diegues (2001) vai destacar, ao falar de todo o Brasil, que:

“[...] foi justamente nesses espaços territoriais litorâneos, de mata tropical úmida, habitados por essas populações tradicionais, que se implantaram, grande parte das chamadas áreas naturais protegidas, a partir dos anos 30, no Brasil [e] essas áreas foram, em grande parte, ecologicamente bem conservadas pelo modo de vida dessas culturas e de nenhum modo eram “desabitadas”.

(DIEGUES, 2001, p.16)

A pesquisa em História ambiental corrobora com a afirmação anterior na questão específica do Maciço da Pedra Branca ao ser destacado por Oliveira e Montezuma (2010) que “sem dúvida, a estrutura da atual Mata Atlântica no Maciço na Pedra Branca [...] é uma resultante desta exploração do passado” (OLIVEIRA E MONTEZUMA, 2010, p. 135). Essa exploração do passado, é analisada aqui como uma exploração dos territórios, entre eles os territórios florestados, que como analisou Diegues (2001), possuem presença populacional e, dessa forma, possuem também marcas deixadas por essa presença no solo e na flora como principal componente da memória desses distúrbios (BÜRGI & GIMMI, 2007 *apud* OLIVEIRA e MONTEZUMA, 2010, p. 121).

Segundo Oliveira (2015), “as paisagens são dinâmicas, elas mudam conforme os sistemas socioeconômicos e biofísicos e evoluem em tempos variados estabelecendo padrões econômicos e de organização social” (OLIVEIRA, 2015, p. 279). Essa afirmação deixa claro que a paisagem que hoje existente neste território nem sempre se apresentou desta forma; contudo, ela apresenta rastros da forma pretérita de existencia.

Fazem parte do maciço, por exemplo, as marcas deixadas na paisagem pela agricultura de coivara e ruínas de carvoarias. Oliveira (2015) vai resaltar que os espaços dedicados a agricultura de coivara apresentam, atualmente, como vestígio

de ocupação e consequência desse processo de uso do solo, “uma redução no número de espécies do porte arbóreo ou arbustivo e uma predominância de espécies pioneiras e secundárias, em detrimento das climáticas” (OLIVEIRA, 2015, p. 284). Esse mesmo autor, Oliveira (2011), analisou os carvões históricos e concluiu que há uma diferença de estrutura e composição vegetal dos restícios das carvoarias para a vegetação atual (OLIVEIRA *et. al.*, 2011, p. 296/297). Oliveira (2015) ainda vai destacar que “apenas no Maciço da Pedra Branca, atualmente recobertas por densa floresta atlântica, foram encontrados [...] vestígios de 1.044 antigas carvoarias.”. Desse número, 2,1% foram localizadas em áreas abertas e 97,9% no interior da florestas e em diferentes estágios de sucessão ecológica (OLIVEIRA, 2015, p. 286/287) – figura 6.



Figura 6 – Mapa de Localização das Carvoarias no Maciço da Pedra Branca
Fonte: OLIVEIRA, 2015, p. 288

Essas carvoarias, vale aqui uma explicação, não são fruto de um uso recente deste território. Elas se apresentam em forma de ruínas justamente devido ao seu uso pretérito que remota dos séculos XVIII, XIX e XX. O que se encontra atualmente são sobras que sobreviveram a ação de intemperes, e que servem como provas de uma antiga ocupação deste território. Contudo, o que explicaria esse elevado

número de ruínas de usinas? Oliveira *et. al.* (2011) explicam que no início do século XVII os engenhos de cana funcionavam quase que obrigatoriamente movidos à lenha, principalmente nos períodos da moagem onde era necessário alimentar a fornalha (OLIVEIRA *et. al.*, 2011, p. 293). Assim,

Para se ter idéia do impacto da atividade açucareira sobre a Mata Atlântica deve-se ter em conta que, somente na Capitania do Rio de Janeiro no início do século XVIII, existiam 131 engenhos em funcionamento (ABREU, 2006). Sem dúvida, a estrutura da atual Mata Atlântica no Maciço da Pedra Branca é uma resultante desta exploração do carvão e da lenha no passado. Muito possivelmente a proximidade deste maciço com a cidade do Rio de Janeiro foi responsável por transformar esta floresta em um polo de fabricação de carvão [...].

(OLIVEIRA *et. al.*, 2011, p. 293)

Não foram apenas os engenhos que alimentavam a produção da lenha e do carvão. Oliveira *et. al.* (2011) também vão destacar que o metabolismo social da cidade do Rio de Janeiro possuía como fonte energética primordial esses elementos já que “o crescimento da capital dependia necessariamente desta fonte [...] para suprir as demandas sociais e econômicas, formando assim uma ligação entre a parte mais “urbanizada da cidade até sua atual floresta urbana, localizada a quilômetros de distância do centro” (OLIVEIRA *et. al.*, 2011, p. 307).

Mesmo com esse intenso uso, a floresta não foi inteiramente desmatada e, na medida em que o recurso energético foi entrado em desuso pela sua substituição por outras fontes, essas áreas de produção de carvão no Maciço da Pedra Branca passaram a ser abandonadas. Esse momento histórico evidencia que, mesmo intensa, a produção de carvão respeitou os limites de resiliência da floresta, promovendo uma gradual sucessão ecológica que “teve como resultante a formação de extensas áreas de florestas secundárias e não de áreas desmatadas” (OLIVEIRA *et. al.*, 2011, p. 306).

Essas evidências destacam um uso histórico e contínuo de uma região que foi, durante longo tempo, conhecida como “Sertão Carioca”. Essa denominação, segundo Fernandez (2008), remonta do livro de mesmo nome de Armando Magalhães Corrêa, um naturalista que relata (na década de 1930) a “fauna, a flora, a ge-

ografia e os tipos humanos que habitavam esta região” do maciço e as áreas próximo a ele (FERNANDEZ, 2008, p.1), um território de pequena produção agrícola (subsistência), longe do eixo urbano do centro da cidade do Rio de Janeiro.

Essa produção de subsistência passa a adquirir maior destaque no maciço após a queda do ciclo do carvão e a proibição da derrubada de matas para fabricação de carvão na década de 1940 (FERNANDEZ, 2011, p. 14). Desta forma se cria uma alteração produtiva local: as pessoas e comunidades que antes de dedicavam a produção carvoeira passam, a partir desse período a se dedicar a outras atividades locais, sendo a principal delas a atividade agrícola (presente até hoje em alguns pedaços do território). Penna-Firme e Matos (2015) irão destacar essa transição ao afirmarem que “[...] levantamentos preliminares com base em história oral indicam que um percentual considerável desses agricultores que hoje habitam e geram parte da sua renda dentro dos limites do parque sejam descendentes diretos de carvoeiros do século XIX e XX” (PENNA-FIRME E MATOS, 2015, p.2).

A alteração do padrão energético com a troca do carvão para outras fontes energéticas e a alteração da estrutura produtiva da região do sertão carioca, fazem parte de um conjunto de alterações que começam a existir na região a partir da década de 30 do século XX, e que entram em conflito com a atividade agrícola em processo. Fernandez (2008) vai ressaltar que é nesse período que se iniciam as obras de drenagem das áreas pantanosas de Jacarepaguá, inaugurando assim um processo de urbanização que vai gerar diversos conflitos entre grileiros, posseiros e camponeses (SANTOS, 2006 *apud* FERNANDEZ, 2008, p. 2).

A urbanização das áreas no entorno do maciço, alteração iniciada na década de 1930, é uma das principais forças que levam ao declínio gradativo da produção agrícola nessa região, pois, “à medida que cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo se industrializam, ocorre uma verdadeira ruptura ao seu meio rural mais próximo, que não podem mais depender de uma produção agrícola rudimentar [...]” (QUEIROZ, 1978, p. 47 *apud* FERNANDEZ, 2008, p. 6).

De acordo com a Secretaria Estadual de Planejamento, a agricultura em decadência não conseguia mais fazer frente ao processo de urbanização da região (FERNANDEZ, 2016, p. 138; FERNANDEZ, 2011, p. 15), indicando a transição do rural para o urbano nas áreas próximas ao maciço. A criação do parque se torna

apenas mais uma barreira à produção agrícola, por intensificar medidas de fiscalização adotadas pelos novos órgãos de gestão e execução da política ambiental no Estado.

Fernandez (2008) ressalta que os anos 1970/80 marcam o início de dificuldades mais acentuadas para a agricultura no maciço. Além das alterações iniciadas na década de 30, as décadas seguintes irão favorecer as construções de vias de acesso, de alteração da ocupação, de empreendimentos comerciais e residências e da criação de uma UC estadual. Tais fatos acabam trazendo consequências para a própria ocupação da área e ao seu redor, já que as algumas famílias de agricultores buscaram se estabelecer em áreas mais baixas (de mais fácil acesso); enquanto outras preservaram seus sítios originais nas cotas mais altas (onde, inicialmente, conservavam o seu modo de vida mais tradicional e de agricultura de subsistência) e uma terceira parte vendeu seus terrenos e mudou de atividade (aderindo assim as alterações territoriais locais) (FERNANDEZ, 2008, p.8). A reconfiguração do zoneamento da cidade, criação de zonas definindo cada porção (oeste, norte, sul e central – figura 4) feita pela nova organização política da década de 1970, que unificou o estado do Rio de Janeiro ao recém-criado estado da Guanabara em 1960, devido à mudança da capital federal:

No governo de Juscelino Kubitschek, a cidade mudaria novamente seu estatuto jurídico, perdendo a condição de capital do país. Em meio a debates sobre o seu destino, ou seja, se voltaria a ser incorporada ao Estado do Rio de Janeiro ou se viria a ser um estado autônomo, venceu a última opção e, em 1960, a cidade do Rio de Janeiro se torna um estado federativo com o nome de Guanabara (Ibidem: 118). Após quinze anos desfrutando do status privilegiado de ser a única cidade-estado do país, é decretada, pelo governo federal, a fusão dos dois estados dando origem ao novo Estado do Rio de Janeiro. Niterói, então capital do Rio de Janeiro, perdeu seu status jurídico-administrativo e a nova capital passa a ser a cidade do Rio de Janeiro.

(SILVA, 2010, p. 18)

Com essas novas configurações político-territoriais, não só ocupar a zona oeste mais nutri-la com obras públicas que propiciam a sua ocupação com qualidade, passa a ser o cenário da nova política estadual e municipal. Um dos grandes desafios, desde a época do Brasil imperial, é o abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro. Na região, a grande fonte de abastecimento é o maciço florestado

da Pedra Branca que passa a ser uma área de proteção integral de nível estadual a partir de 1974 sob a justificativa de proteção dos mananciais que abastecem parte da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro (FERNANDEZ, 2016, p. 138), se criando assim o Parque Estadual da Pedra Branca.

O ato legal de criação do Parque está relacionado à continuidade de políticas públicas de proteção dos numerosos mananciais do maciço da Pedra Branca que abastecem a cidade, esta característica marcante do maciço, fez com que ele fosse denominado por Corrêa como *Chateau D'eau*. **A criação do Parque pretendia aumentar a área protegida** garantindo não somente os mananciais, mas também fazer frente ao processo de expansão urbana apontada como preocupante no estudo que deu origem a criação do Parque.

(FERNANDEZ, 2008, p. 4)

É necessário nesse contexto duas importantes ressalvas. A primeira é que a criação da UC como forma de ampliar a área protegida do maciço, como destacado na citação anterior, se deve ao fato de que, desde 1941, uma parcela do maciço pertencia ao conjunto de florestas protetoras da união. A segunda, é que mesmo antes da criação do parque ou das florestas protetoras da união, o maciço já era responsável pelo abastecimento de água de parte da cidade, devido as obras hidráulicas de construção da represa do Pau da Fome, datada de 1904 (figura 7); do açude do Camorim, de 1932, e o aqueduto da região da Colônia Juliano Moreira, datado da segunda metade do século XVIII (FERNANDEZ, 2011, p. 14).



Figura 7 – Parte da represa na entrada pelo Pau da Fome
Fonte: acervo próprio

Mesmo iniciadas no início do século XX, ainda hoje a captação de água de parte da zona oeste do município do Rio de Janeiro ainda é realizada no maciço da Pedra Branca, dentro dos limites do parque, pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, a CEDAE (figura 8).



Figura 8 – Infraestrutura para captação e controle da qualidade da água

Fonte: acervo próprio

Destacado essas importantes informações, se torna válido registrar que a partir da criação do parque as relações com o maciço passam a ser controladas pelo estado e, indubitavelmente, sofrem um processo de alteração dos usos e da dinâmica de ocupação (FERNANDEZ, 2008, p. 3) já que antes o controle sobre as terras era mais social, ou seja, mesmo existindo florestas protetoras da união e estruturas de abastecimento de água, a presença do estado enquanto órgão fiscalizador e presente era mínima.

Fernandez (2008) apresenta uma cronologia de eventos que se ligam à criação e gestão do PEPB e que auxiliam na compreensão dessa presença estatal na região. Na década de 1970, as iniciativas foram restritas aos reflorestamentos e a organização do plano de manejo; na década de 1980 “foi criado um corpo de agen-

tes florestais cedidos de outros órgãos estaduais que realizavam uma escala de fiscalização por diferentes trilhas do parque”; na década de 1990 “por ocasião da RIO-92, é elaborado sob o comando de Darcy Ribeiro, então chefe da Secretaria Extraordinária de Programas Especiais do Governo Leonel Brizola, o projeto Floresta Pedra Branca, com a construção de sua sede, de um horto e ações de comunicação visual” (figura 9); na virada do século XX para XXI, com a aprovação do SNUC e seus mecanismos de arrecadação de recursos, “inicia-se o projeto de revitalização do PEPB, com reformas na sede,[...] construção de guaritas [...], medidas de educação ambiental, colocação de placas, [...] e produção de material informativo e publicitário”- em anexo (FERNANDEZ, 2008, p. 10; FERNANDEZ, 2011, p. 23).



Figura 9 – Logo visual do PEPB

Fonte: acervo próprio

Atualmente, após a sua consolidação e as melhorias realizadas pelos meios de arrecadação criados pelo SNUC, o PEPB ainda é apontado como um dos parques que mais sofre com o seu entorno. O próprio plano de manejo do parque, revisado em 2013, aponta essa região da zona oeste do município do Rio de Janeiro como uma das mais impactadas pela expansão urbana, e a reforma urbana da região das vargens – vargem grande e vargem pequena – vem agravar ainda mais esse cenário já que os bairros são vizinhos ao Parque Estadual da Pedra Branca, ou seja, a sua reestruturação urbana afeta diretamente a sua zona de amortecimentos com novos empreendimentos residenciais e comerciais (projeto de lei complementar 140/2015).

Além disso, o próprio PEPB começa a sofrer alterações adaptativas em suas

trilhas e seus acessos para integrar o projeto mosaico carioca projeto esse que é formado por 24 UCs e “tem como objetivo a integração de ações entre UCS federais, municipais e estaduais” (CASTRO, 2015, p. 73).

6 Velhos e os novos desafios de gestão

Para fins de análise, os dados qualitativos obtidos por meio de entrevistas e observações de campo foram classificados em três grupos: os gestores públicos, os visitantes/turistas e as informações fornecidas pelo representante do Quilombo Cafundá Astrogilda.

As entrevistas com os três gestores forneceram informações sobre dificuldades encontradas pela atual gestão, estratégias e soluções para as mesmas, o papel do plano de manejo do parque como diretriz para gestão e a perspectiva de solução da questão sobre comunidades e residentes dentro e nos arredores do parque.

Na tabela 5 estão listadas as principais dificuldades apontadas pelos gestores entrevistados em relação ao manejo e gestão do PEPB.

Tabela 5 – Dificuldades de gestão do PEPB identificadas pelos gestores públicos

Ênfase	Principais dificuldades	Dificuldades específicas
1	Falta de recursos	- Humano, financeiro e material;
2	Entorno Populoso	- Presença de comunidades tradicionais; - Presença de comunidades com crime organizado; - Pecuaristas; - Captação de água;
3	Zona de amortecimento	- Não cumpre a função; - EIA/RIMA de diferentes empreendimentos;
4	Expansão Imobiliária	- Programa de reestruturação urbana de vargem grande e vargem pequena; - Valorização do entorno;
5	Tamanho do Parque	- Problemas com a fiscalização;
6	Alteração da flora e da fauna	- Caça de animais; - Retirada de mudas e frutas;
7	Moradia e uso da unidade	
8	Ocupação do parque por diferentes grupos;	
9	Crescimento do trabalho administrativo	- Burocracia e novos empreendimentos;
10	Questão salarial	

11	Remoções	- Área de Risco; - Manejo;
12	Sobreposição de áreas protegidas	

Fonte: dados coletados por entrevistas entre junho e novembro de 2016

A tabela foi construída de forma a apresentar o que foi dado mais ênfase pelos gestores para o que foi dado menos ênfase. Assim, os dados apresentados no início da tabela 5 (ênfase 1 e 2) são aqueles que foram reproduzidos mais vezes, em diferentes momentos e com mais destaque durante as entrevistas. Os últimos dados (ênfase 10 e 11) são o caso oposto, que foram pronunciados poucas vezes e sem destaque aparente.

Se percebe na tabela anterior que a falta de recursos do governo do estado do Rio de Janeiro é um dos fatores que mais preocupa a gestão da unidade nesse momento. Por não ser uma reclamação nova, os gestores reconhecem que a falta de recursos é um aspecto cíclico dentro do sistema ambiental brasileiro, mas a atual crise do governo de estado do Rio de Janeiro parece afetar, primeiro e diretamente, as unidades de conservação estaduais que se encontravam, no período das entrevistas, com baixo número de pessoal devido a não realização de concurso público, e ao eminente fim do contrato dos funcionários terceirizados (o que de fato ocorreu e acumulou ainda mais o trabalho de manejo das trilhas e o trabalho administrativo) e ampliou a falta de recursos materiais.

Além das dificuldades e desafios mencionados pelos gestores na entrevista e listados na tabela 5, a atividade de campo auxiliou na observação de uma característica extra que não foi destacado pelos gestores. Segundo os dados coletados em campo, a gestão do PEPB também possui o desafio de fiscalizar e monitorar as captações ilegais de água dentro da unidade de conservação (figura 10, 11 e 12).



Figura 10 – Dutos de abastecimento de água aparentes
Fonte: acervo próprio



Figura 11 – Dutos de água em trilhas secundárias (longe das principais)
Fonte: acervo próprio



Figura 12 – Galão para captação de água escondido atrás de uma rocha
Fonte: acervo próprio

Para solucionar algumas dessas dificuldades e amenizar alguns desses desafios, a gestão listou estratégias e ações que estão sendo desenvolvidas, e que visam diminuir os problemas e as complexidades nessa unidade de conservação. Essas estratégias, que compõem aqui o segundo ponto de informações dos gestores públicos, se iniciaram com a mudança de visão da gestão em relação aos moradores, as comunidades tradicionais e os visitantes.

Segundo os gestores, a população possui medo e desconfiança em relação a eles, aos gestores, devido ao fato da existência de muita rotatividade/troca desses gestores. Essa rotatividade gera uma desconfiança e uma descontinuidade do trabalho no parque e nas relações com essas comunidades. Segundo um dos gestores: é necessário um maior diálogo para “cuidar das pessoas e curar o medo [que elas possuem] dos gestores” (fala na íntegra de um dos gestores).

Diálogo e conscientização são os principais focos da atual gestão para

conseguir sanar e diminuir alguns dos desafios do PEPB. Outras estratégias listadas foram: (1) parcerias com a SMAC (Secretaria Municipal de Meio Ambiente) e outras instituições públicas e privadas, ONG's, ampliação da parceria com a Furnas e outras; (2) criação de subnúcleos de gestão com cargos de subgestor; (3) ampliação de gestão participativa com a melhora dos conselhos consultivos; (4) parcerias com pesquisadores e academias; (5) aquisição de novos equipamento que auxiliam na gestão (como o novo equipamento que registra automaticamente o número de visitantes); (6) ampliação e rapidez no repasse de verbas; e, principalmente, (7) ampliação do número de funcionários com a abertura de concurso público. Esse último tópico é enfatizado pelos gestores ao destacarem que o manejo das trilhas (figura 13) de uma unidade do tamanho do parque estadual da pedra branca é extremamente complicada e vem sendo realizada com o auxílio de voluntários, fato que acaba gerando uma descontinuidade de ação já que cada perfil de voluntário possui um entendimento específico sobre esse manejo. Um dos gestores chega a afirmar que: “ Se tivesse o dobro [de pessoas trabalhando], ainda seria pouco” (fala na integra de um dos gestores).



Figura 13 – Manejo de trilhas no PEPB

(na esquerda uma trilha com excesso de lama e folhas – escorregadia – e na direita uma trilha bloqueada pela queda de folhas e galhos de diferentes árvores)

Fonte: acervo próprio

Ao falar das estratégias que podem auxiliar na diminuição das dificuldades da gestão dessa unidade de conservação, os gestores da unidade não mencionaram recorrer as comunidades tradicionais ou as comunidades que estão ao redor da unidade. Eles foram direto ao plano de manejo do PEPB, terceiro ponto das informações obtidas com os gestores, e foram categóricos ao afirmar que o plano de manejo precisa ser revisado e atualizado de forma participativa.

Segundo os gestores, o atual plano, revisado em 2013, está melhor que o anterior, mas ainda não contempla a diversidade de complexidades existentes no Pedra Branca já que não apresenta soluções para os conflitos fundiários (reforma fundiária), para as alterações na zona de amortecimento e para os novos empreendimentos. Ou seja, o plano de manejo não representa a área em que o parque está inserido e “sem o plano [de manejo] não se trabalha.” (fala na integra de um dos gestores).

A fala dos gestores foi direcionada aos moradores do interior e ao redor do parque apenas quando foram questionados sobre a presença e participação dessas comunidades. Nesse que é o quarto e último ponto da coleta de dados com os gestores, foi possível observar que o tema ainda gera um desconforto, porém os gestores não se negaram a responder sobre o assunto e afirmaram que existe dois tipos de relações: as harmônicas e as conflituosas.

As harmônicas estão presentes nas relações com a maioria dos visitantes e com a comunidade Camorin, que auxilia em uma gestão compartilhada e na educação ambiental. Já as relações conflituosas estão presentes nas vertentes onde o parque faz fronteira com comunidades onde existe crime organizado, nas regiões com focos de incêndio, com acesso irregular e principalmente na vertente norte (considerada a mais problemática).



Figura 14 – Pichações de alguns grupos organizados em rochas dentro do PEPB (trilha principal da vertente Pau da Fome)

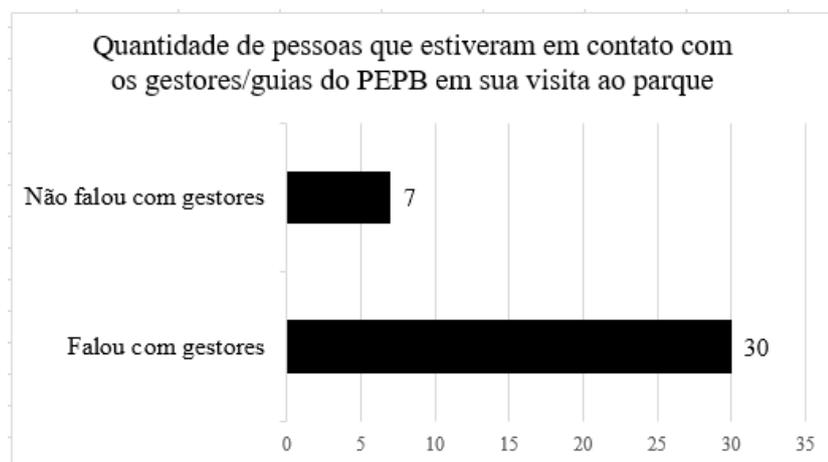
Fonte: acervo próprio

Para a gestão do parque, a compreensão sobre a participação e presença dessas comunidades dentro e ao redor do PEPB vem se modificando ao longo dos anos. Inicialmente a lógica era de retirada das populações que estão dentro da unidade e controle das comunidades ao redor e dos visitantes – fato que gerava tensões e desentendimentos já que o controle se dava por limite de ações, fiscalização e impedimento da execução de tarefas. Atualmente a lógica de ação é de diálogo, de ações em conjunto e de construção de uma confiabilidade.

O efeito dessa aproximação se torna visível na fala dos visitantes do PEPB. Esse que é o segundo grupo entrevistado, foi responsável por fornecer dados que vão de encontro com as atuações da atual gestão, além de apresentar novas percepções sobre a presença de comunidades no interior da UC. Dos trinta e oito (38) visitantes abordados, um (1) se negou a participar da entrevista e os outros trinta e sete (37) responderam os questionamentos sobre a gestão, sobre a unidade, por qual objetivo procuravam o parque e sobre comunidades tradicionais. Quantificando minimamente esses dados, os resultados obtidos foram transformados em gráfico para uma melhor visualização. O primeiro dado a ser

apresentado é sobre o contato dos visitantes com os gestores do parque (gráfico 1).

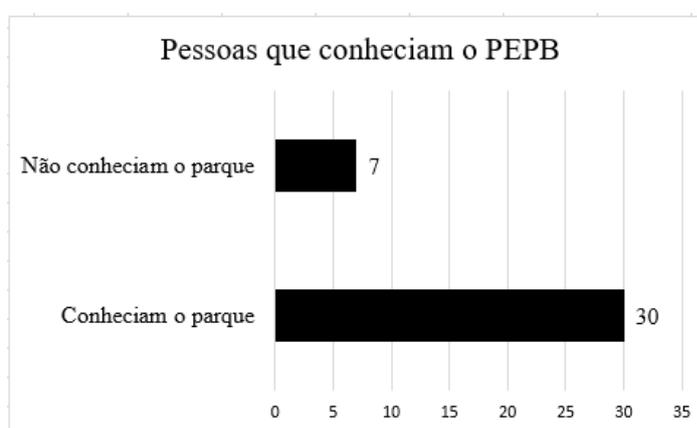
Gráfico 1 – Contato entre os visitantes e os gestores/guarda-parques do PEPB



Fonte: dados coletados por entrevistas entre junho e novembro de 2016

No gráfico anterior (gráfico 1), que apresenta a quantidade de pessoas que estiveram em contato, de alguma forma, com a gestão do PEPB, pode-se notar que a grande maioria esteve em contato com algum funcionário da gestão pública. Esse gráfico não apresenta o grau de interação e intensidade desse contato; contudo, dezoito (18) dos trinta (30) visitantes que estiveram em contato com a gestão alegaram que esse contato foi superficial. Ou seja, aproximação entre gestores e visitantes ainda não acontece na sua plenitude. Um dos fatores que explica essa aparente lacuna entre os gestores e os visitantes é o fato de trinta (30) dos trinta e sete (37) entrevistados já conhecerem o PEPB (gráfico 2).

Gráfico 2 – Conhecimento sobre o PEPB

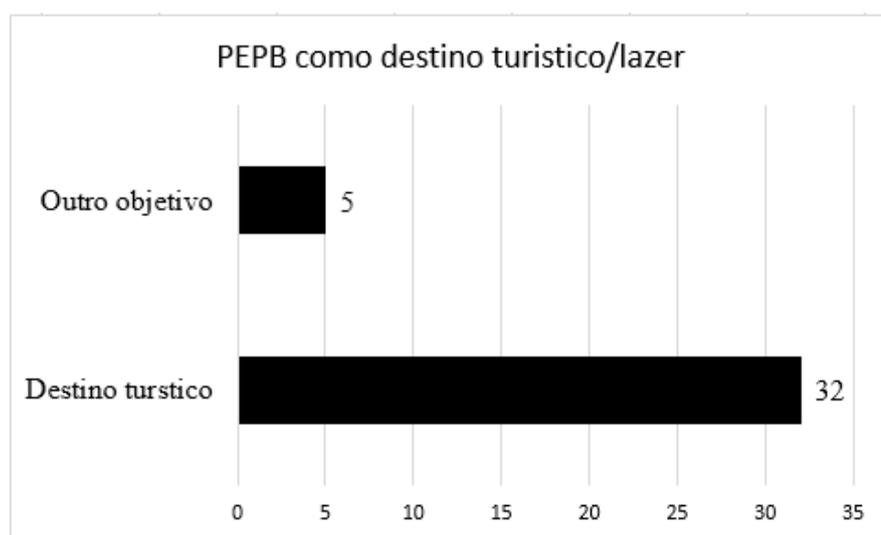


Fonte: dados coletados por entrevistas entre junho e novembro de 2016

Contudo, esse dado esconde o fato de que alguns visitantes, principalmente na pedra do telegrafo e nas cachoeiras de Vargem Grande, ainda possuem dúvidas se a área pertence ao Parque Estadual da Pedra Branca. O principal motivo destacado pelos visitantes para esse questionamento foi o fato de a região não possuir uma infraestrutura mínima necessária – como um centro de visitantes, um melhor manejo de trilhas, guardas florestais e placas de identificação mais visíveis nesses locais.

Os visitantes que conhecem o PEPB, afirmam que esse conhecimento se relaciona ao apelo turístico do parque na região. Do total dos entrevistados, trinta e dois (32) responderam que procuram a unidade com a finalidade do turismo de lazer – principalmente devido aos banhos de cachoeiras (gráfico 3).

Gráfico 3 – Turismo de lazer no PEPB



Fonte: dados coletados por entrevistas entre junho e novembro de 2016

Nos outros cinco entrevistados que alegaram frequentar a unidade de conservação por outros motivos, um alegou finalidade religiosa e se negou a detalhar mais informações. Contudo, a atividade de campo demonstra que essa é uma prática comum na unidade e que, não se tomando os devidos cuidados, pode se tornar perigosa devido a existência de grupos que acendem velas na região (figura 15).



Figura 15

Cera de vela derretida no início da trilha principal da vertente Pau da Fome

Fonte: acervo próprio

Apesar do grande número de visitantes que alegam conhecer a unidade e que dizem frequentar o parque devido ao turismo de lazer, esse número sofre um decréscimo quando se fala da quantidade de pessoas que conhecem as comunidades tradicionais nesse território, como apresenta o gráfico 4.

Gráfico 4 – Conhecimento sobre Comunidades Tradicionais



Fonte: dados coletados por entrevistas entre junho e novembro de 2016

Do total de trinta e sete (37) entrevistados, apenas nove (9) alegaram conhecer as comunidades tradicionais locais, três (3) optaram por não responder à pergunta e vinte e cinco (25) afirmaram não conhecer essas comunidades. Contudo, dentro desse dado quantitativo, devido a característica da entrevista, pode-se retirar algumas informações quali-quantitativas tais como: cinco (5) entrevistados, dos vinte e cinco (25) que não conhecem as comunidades locais, alegaram que conhecem comunidades tradicionais, mas não sabiam que existia esse grupo dentro do PEPB; dentro desse mesmo grupo, outros dezesseis (16) alegaram conhecer pessoas que plantam dentro da UC, mas não conhecem comunidades tradicionais no local; e outras sete (7), das nove (9) que alegaram conhecer comunidades tradicionais locais, afirmaram que conhecem as comunidades tradicionais locais de forma muito superficial.

Porém, o que mais chama atenção dentro desse conjunto de dados é a fala de um visitante que, desconhecendo completamente o conceito de comunidades tradicionais afirmou: “Graças à Deus eu nunca vi essa comunidade tradicional aqui [no parque].” (fala na íntegra de um dos visitantes).

Com esses dados, pode-se dizer que a entrevista com os visitantes apresentou duas características muito importantes: a primeira é que mesmo ocorrendo uma aproximação entre os visitantes e os gestores, a presença dos gestores da UC ainda é restrita a alguns espaços do parque e a dificuldade de implementação de atividades em toda a área protegida ainda é uma constância. Esse ponto, aliás, ficou bem destacado na afirmação de visitantes que alegaram não conhecer ao certo os limites do território do Pedra Branca devido à ausência de infraestrutura mínima em algumas áreas da unidade de conservação. Tal fato reafirma algumas dificuldades de gestão destacadas anteriormente: a dificuldade com o tamanho do parque, a ausência de material humano suficiente e a ausência de recursos financeiros suficientes; e corroboram com uma das sugestões para auxiliar na gestão: a criação de subseções e subchefes. A segunda característica é o conhecimento da presença de comunidades tradicionais. Ficou bem destacado nos dados apresentados que as comunidades tradicionais presentes dentro dos limites do Parque Estadual da Pedra Branca são amplamente reconhecidas pela gestão pública, mas desconhecidas pelos visitantes. Esse dado, contudo, não é verdadeiro. Se analisado qualitativamente e não quantitativamente, pode-se perceber que o desconhecido na verdade é o conceito de comunidades tradicionais e mais, a

entrevista com um membro de uma dessas comunidades, a Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda, apesar de não ser o suficiente para se estabelecer análises mais profundas, auxilia no melhor entendimento dessa afirmativa.

O membro do Quilombo, destacado nessa pesquisa pelo pseudônimo “Sr. S” para preservar a sua identidade, relatou que a comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda existe na região por volta de duzentos (200) anos e recebe esse nome devido a fundadora, Dona Astrogilda, que recebia os escravos fugidos das fazendas no século XIX. “Sr. S” destaca que atualmente esse quilombo se encontra na vertente sul do PEPB e conta com sete (7) núcleos familiares e um total de trezentas (300) famílias (sendo que algumas eram consideradas invasoras do PEPB até recentemente).

Além disso, ele vai destacar também que a relação com a gestão da UC vem melhorando recentemente. Segundo ele, foi através de muitos embates e muito diálogo (quase brigas) que a gestão do Pedra Branca passou a reconhecer os sitiantes enquanto comunidade tradicional. Segundo o entrevistado, a situação ainda não é a ideal, mas a relação melhorou e saiu da posição de tensão depois que a comunidade foi reconhecida pela fundação palmares em 2014, como destaca Fernandez (2016):

O mesmo pedido já havia sido feito a essa instituição pela comunidade do Alto Camorim (localidade próxima) no ano de 2004. A titularidade das duas comunidades foi emitida no dia 16 de agosto de 2014. O reconhecimento formal da identidade quilombola mudou o status dessas comunidades em suas relações com o órgão ambiental responsável pela administração do Parque, já que os quilombolas têm direitos territoriais assegurados pela Constituição. Nesse caso, são os princípios da conservação que devem ser compatibilizados com os usos tradicionais quilombolas, e não o contrário (Santilli, 2005).

(FERNANDEZ, 2016, P. 141)

Fato que resultou, em 2016, em um reconhecimento oficial do governo do estado do Rio de Janeiro (figura 16).



Figura 16 – Placa de reconhecimento do governo de estado do Rio de Janeiro sobre o pertencimento da Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda ao Maciço da Pedra Branca

Fonte: Rede Social da comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda

Quando ele afirma que a situação ainda não é a ideal, é devido as restrições que incidem sobre a comunidade tradicional, principalmente no seu principal modelo de sobrevivência: o cultivo; e as complexidades para a comercialização desse produto.

Para amenizar essas restrições e essas complicações, a comunidade tradicional vem se organizando para poder participar de forma mais ativa dos conselhos consultivos do PEPB e também das feiras culturais/orgânicas da região de Vargem Grande (figura 17)



Figura 17 – Feira de Vargem Grande
Fonte: acervo próprio

Essas feiras são a forma como alguns membros dessa comunidade encontraram de poder manter a agricultura de subsistência e difundir as suas relações tradicionais. Segundo o “Sr. S”, essas feiras auxiliam na aproximação da comunidade tradicional com a sociedade, assim como as festas culturais do Quilombo também estão auxiliando no estreitamento dessas relações.

Esse estreitamento de relações, assim como a presença de membros da comunidade no conselho consultivo do parque, a criação de uma página na rede social destinada a comunidade e a organização de membros da comunidade com pesquisadores e com a academia científica, vem auxiliando para que as características culturais e conhecimento dessa comunidade quilombola esteja se ampliando. Ou seja, existe uma ação dessa comunidade em específico que, após a melhoria da relação com a gestão da UC, vem agora buscando reconhecimento e apoio local através de diversas ações.

O entrevistado destaca também que é através de parcerias e auxílios institucionais que a comunidade vem conquistando diversos direitos, sendo o principal deles o reconhecimento adquirido em 2014.

7 Considerações finais

Ao se destacar e dar ênfase para todo o conjunto de informações reunidos para a construção dessa pesquisa, pode-se salientar que o PEPB possui um conjunto de desafios e complexidades na sua gestão que só foi possível identificar, esclarecer e dar lastro, devido a conciliação do trabalho de campo, das entrevistas e da revisão bibliográfica.

Atualmente o Pedra Branca possui, como mencionado, seus desafios históricos. Esses desafios estão presentes desde o início da criação da unidade de conservação e passam por períodos de menor e maior complexidades. Dentro dessas características, se pode salientar o tamanho da unidade de conservação, que foi destacado pelos gestores como um dos desafios de se gerir o parque.

É importante destacar que o tamanho do Pedra Branca não seria uma complexidade se os recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis fossem suficientes para a área. Aliás, se esses recursos fossem suficientes, problemas como a falta de infraestrutura – apresentado por alguns visitantes – também seriam facilmente sanados.

Além dos desafios históricos, se deve também dar ênfase aos atuais desafios da gestão do PEPB. Esses atuais desafios, como destacado pela gestão do parque, acabam sendo classificados como os mais complexos e de maior dificuldade, já que não se conhece a real profundidade e as reais consequências de determinadas ações externas, e ainda se estuda a melhor forma, e estratégia, de suavizar ou solucionar esses desafios superando tensões existentes. Entre os novos desafios pode-se listar as alterações na zona de amortecimento e a expansão imobiliária ao redor da unidade de conservação, ambas mencionadas com ênfase pelos gestores.

Esses dados anteriormente destacados, e os apresentados no capítulo anterior, são os responsáveis pelo sucesso alcançado no cumprimento dos objetivos propostos por essa pesquisa. O objetivo geral de avaliar de que forma tais dificuldades de gestão, antigas e novas, tem sido apresentadas e superadas, foi plenamente alcançado ao se listar as dificuldades apresentadas pela gestão pública e ao relacionar esses dados com o que é destacado pelos visitantes e pelo membro da comunidade tradicional. Também faz parte desse escopo as estratégias de solução adotadas pela gestão do Pedra Branca que estão tendo reflexos positivos,

mesmo que ainda iniciais.

Os objetivos específicos, aqui apresentados em forma de questões norteadoras, também foram plenamente alcançados. As respostas para cada um dos quatro pontos levantados auxiliam na síntese dos resultados obtidos, que se dividem de acordo com os questionamentos: (1) articulação e negociação da gestão em relação a retirada ou permanência dos moradores; (2) aplicação de regras ambientais junto aos visitantes, comunidades tradicionais e moradores locais; (3) se as soluções estão sendo alcançadas e quais os obstáculos; e (4) percepção dos moradores e turistas em relação a gestão e a sua efetividade.

Os dados relacionados ao primeiro dos quatro itens apresentaram que a atual gestão do Pedra Branca busca um maior diálogo e uma maior conciliação com os moradores da unidade de conservação. Contudo, ficou claro nas entrevistas que essa é uma característica que se modificou faz pouco tempo. Segundo os dados obtidos com as entrevistas, se pode perceber que antes a relação da gestão com os moradores era a de retirar os que estavam dentro da UC e controlar/fiscalizar os que estavam ao redor. Atualmente, após o reconhecimento pela fundação palmares e a mudança de visão dos gestores, a ação é de diálogo e conciliação.

O segundo ponto foi destacado pelos gestores ao afirmarem que toda a ação praticada na área protegida possui como o balizador o plano de manejo. Se a afirmação fosse apenas essa, se poderia garantir que as regras ambientais praticadas são aquelas as quais o plano de manejo autoriza e especifica. Contudo, tal fato não ocorre na sua essência já que, como destacado no capítulo anterior, o plano de manejo – mesmo após as melhorias – ainda é considerado desatualizado. Dessa forma, as regras ambientais praticadas são aquelas que constam no plano de manejo, mas também são aquelas oriundas de um diálogo, da confiabilidade, da troca de informações, da conscientização dos atores envolvidos e da pesquisa em outros documentos, que vem se tornando uma das características da gestão do PEPB com a realização dos encontros científicos e formação qualificada de seus funcionários gestores. Essa utilização de pesquisas acadêmicas para auxílio da gestão é uma característica ainda recente nas UC segundo Moreti *et. al.* (2013). Esses autores vão afirmar que os gestores das UC's alegam que quase não consultam trabalhos acadêmicos devido à dificuldade do acesso, o pouco tempo e da dificuldade de entendimento dos resultados (MORETI *et. al.*, 2013, p. 03). Essa é uma característica que vem se alterando no PEPB com a atual gestão que vem buscando

mais estudos técnicos e parcerias com pesquisadores para poder atualizar seus métodos de gestão.

O terceiro ponto, sobre as soluções alcançadas e seus obstáculos, é um dos tópicos mais delicados dos dados obtidos. Por mais que algumas soluções estejam sendo colocadas em prática pela gestão pública, a maior parte delas – como apresentado pelos dados dos visitantes – ainda se encontra em fase prematura de iniciação e de alcance. Segundo a gestão pública do PEPB, o maior obstáculo para a efetivação das estratégias de soluções e melhorias é a falta de recursos humanos, financeiros e materiais. Os dois primeiros – humanos e financeiros – são os que mais atingem e afligem os gestores e a UC por afetarem diretamente a qualidade do serviço prestado pela gestão. Ou seja, segundo os gestores, a crise financeira do governo do estado do Rio de Janeiro é a responsável direta pela não efetividade de melhoria plena de alguns problemas e desafios de gestão da unidade de conservação.

O quarto tópico, e último, acabou por ser apresentado nas explicações e apresentação dos dados anteriores. Como todos os dados foram relacionados para se poder chegar aos objetivos propostos, esse último tópico já foi apresentado de forma dispersa. Porém, para relatar alguns pontos importantes, pode-se destacar que a efetividade da atual gestão da unidade de conservação é vista como produtora de melhoras significativas dentro da UC. Contudo, não existe um sonho de que esse processo é fruto de uma concepção totalmente nova; se reconhece que existe muita luta, diálogos e conflitos para que ocorresse uma modificação da forma como a gestão é praticada e, desta maneira, também ocorresse uma modificação em sua efetividade. Alteração esse que, de maneira qualitativa, pode ser considerada positiva, mas que ainda precisa evoluir para estar mais próxima dos visitantes e das comunidades.

Por fim, é importante destacar que as entrevistas não balizariam qualquer dado se não fosse a gama de pesquisas realizadas e citadas ao longo dessa pesquisa. Principalmente as diversas pesquisas no Parque Estadual da Pedra Branca e/ ou no Maciço da Pedra Branca sobre os mais diversos assuntos – com destaque para Oliveira (2007, 2011 e 2015) e Fernandez (2008, 2012, 2016) – que auxiliaram na construção da transdisciplinaridade que essa pesquisa possui.

Além disto, vale ressaltar que essa pesquisa não foi isenta de dificuldades ao longo do seu processo de construção. Como já mencionado anteriormente, atividades externas acabaram por prejudicar parte da pesquisa que aqui se pretendia

realizar. Além dessas, aspectos culturais, conciliação de datas e fenômenos meteorológicos também foram responsáveis por alguns atrasos e adiamentos ao longo do processo. Contudo, excetuando as entrevistas que não puderam ser realizadas com diferentes membros da comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda – e que por isso a análise final dos dados ficou pendente de comparações mais ricas e detalhadas – a pesquisa foi finalizada com êxito.

Por fim, também é importante citar que o conjunto de pesquisas que podem ser realizadas no PEPB ainda não foram esgotadas, assim como esse estudo também não se esgotou. Essa pesquisa, de certa forma, aponta que pode ser realizado um estudo mais profundo sobre os novos desafios da gestão desse território e suas consequências, assim como também aponta para um estudo comparativo e mais aprofundado entre dois dos três conjuntos de atores aqui envolvidos (gestores, visitantes e comunidade quilombola). Fora isso, ainda se pode mergulhar em outros estudos que podem ser relacionados com a zona de amortecimento, o crescimento imobiliário local e o Programa de Reestruturação Urbana das Vargens (PEU das Vargens) para se citar apenas alguns.

8 Referências bibliográficas

8.1

Obras citadas

AGÊNCIA BRASIL. Empresa Brasil de Comunicação. **Brasil vai reafirmar compromisso de proteção dos biomas em conferência da ONU.** Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-10-14/brasil-vai-reafirmar-compromisso-de-protecao-dos-biomas-em-conferencia-da-onu>>. Acesso em: 24, jan. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14001: Sistemas de Gestão Ambiental** – Requisitos com orientações para uso. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em: 08, out. 2015.

BRASIL. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 24, jan. 2017.

CASTRO. Patrícia Figueiredo de (org.). **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Metalivros, 2015. 171p.

CAMARGO, Aspásia., CAPOBIANCO, João Paulo R. & OLIVEIRA, José Antonio P. (orgs). **Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, 460p.

CARBONE, Amanda Silveira *et. al.* **Gestão de áreas Verdes no Município de São Paulo: ganhos e limites**. São Paulo: Ambiente & Sociedade, n. 4, v. XVIII, p. 201 – 220, out./dez. 2015.

CASTELO, Thiago Bandeira. **Legislação Brasileira e Políticas do Governo de Combate ao Desmatamento na Amazônia Legal**. São Paulo: Ambiente & Sociedade, v. XVIII, n. 4, p. 221 – 242, out./dez. 2015.

COHEN, Marcos. **Avaliação do Uso de estratégias colaborativas na gestão de unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio de Janeiro**. 2007. 341p. Tese. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 10 abr. 2007. Tese defendida no programa de pós-graduação em administração.

COHEN, Marcos & SILVA, José Ferreira da. **Implantação da gestão Participativa em Unidades de Conservação do tipo parque na cidade do Rio de Janeiro: do conflito à colaboração**. Ceará: Contextus – Revista contemporânea de economia e gestão, v. 7, n. 1, p. 81- 92, jan./jun. 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2001. p. 13 – 21.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. **Um parque no Sertão carioca. Dos anos 70 até os dias de hoje. O que mudou na conservação?** 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. 01 a 04 de junho. Porto Seguro, Bahia, Brasil, 2008. 21p.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. **Um Rio de florestas: uma reflexão sobre o sentido da criação dos parques na cidade do Rio de Janeiro**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, p. 141-161, jul. 2011. ISSN 2178-1494.

Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/3271/2240>>.
Acesso em: 24 jan. 2017.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. **O Sertão virou Parque: natureza, cultura e processos de patrimonialização**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 129 – 148, jan./abr. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª Edição. 8ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007.

GUERRA, Antonio J. Teixeira. & COELHO, Maria C. Nunes (ORG.). **Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, 296 p.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação Federais no Brasil**. Brasília, 2007. 96p.

INEA - Instituto Estadual Ambiente. **Plano de manejo do parque estadual da Pedra Branca**. Rio de Janeiro: INEA, 2013. 657 p.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, **Governo Federal. Portal do MMA**. Informação sobre a criação de Unidades de Conservação Federais. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/>>. Acesso em: 14, fev. 2016.

Instituto Estadual do Ambiente, Governo do Estado do Rio de Janeiro. **Portal INEA**. Informações sobre unidades de conservação do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/index.htm&lang=#/UsoSustent%C3%A1vel>>. Acesso em: 24, jan. 2017.

Instituto Estadual do Ambiente, Governo do Estado do Rio de Janeiro. **Portal INEA**. Informações sobre os órgãos ambientais do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/MegaDrop-Down/Institucional/OqueeoINEA/index.htm&lang>>. Acesso em: 14, fev. 2016.

Instituto Estadual do Ambiente, Governo do Estado do Rio de Janeiro. **Portal do INEA**. Informações sobre o PEPB. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA_008594>. Acesso em: 14, fev. 2016.

IWAMA, Allan Yu *et. al.* **Questão fundiária em áreas protegidas: uma experiência no Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB)**. Rio de Janeiro, Brasil. Sociedade & Natureza, Uberlândia, MG: Comitê Editorial, v. 26, n. 1, p. 77 – 93, jan./abr. 2014.

Jardim Botânico do Rio de Janeiro, **Governo Federal. Portal JBRJ**. Informações sobre a criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://jbrj.gov.br/jardim/historia>>. Acesso em: 14, fev. 2016.

LAGES, Vinícius., BRAGA, Christiano. & MORELLI, Gustavo. (org.). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

MEDEIROS, Rodrigo. **Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil**. Ambiente & Sociedade, v. IX, n. 1, jan./jun. 2006.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia Socioambiental**. São Paulo: Terra Livre, n. 16, p. 139 – 158. 2001.

MILANO, Miguel Serediuk. Conceitos, histórico, políticas e formas de gestão. In. SANDRINI, Mirela & QUEIROZ, Erika. (orgs.). **Áreas Protegidas**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012. 170p.

Ministério do Meio Ambiente, **Governo Federal. Portal do MMA**. Informações sobre Unidades de Conservação. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>>. Acesso em: 14, fev. 2016.

MORETI, Marcela *et. al.* **Aplicação de Informações Científicas na Gestão de Unidades de Conservação no Brasil**. IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. Salvador/BA, 2013. 4p.

ORTEGA, Valmir. Uma agenda para áreas protegidas brasileiras. In. SANDRINI, Mirela & QUEIROZ, Erika. (orgs.). **Áreas Protegidas**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012. 170p.

OLIVEIRA, Alexandre Luiz Alves de. **Desenvolvimento Sustentável**. Juatuba, MG: Revista Fonte Universitária, n. 4, v. 3, jan./jul. 2012.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro. **Mata Atlântica, Paleoterritórios e História Ambiental**. Campinas, MG: Ambiente e Sociedade, v. X, n. 2, p. 11 – 23, jul./dez. 2007.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro. **Fruto da Terra e do Trabalho Humano: paleoterritórios e diversidade da mata atlântica do sudeste brasileiro**. Ponta Grossa, RR: Revista História Regional, n. 20, v. 2, p. 277 – 299, 2015.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro *et. al.* **Uma Floresta de Vestígios: metabolismo social e a atividade de carvoeiros nos séculos XIX e XX no Rio de Janeiro, RJ**. Florianópolis, SC: Revista Internacional Interdisciplinar (INTERthesis), n. 2, v. 8, p. 286 – 315, jul./dez. 2011.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro. & MONTEZUMA, Rita de Cássia Martins. **História Ambiental e Ecologia da Paisagens**. Ceará, Brasil: Mercator, v. 9, n. 19, p. 117 – 128, mai./ago. 2010.

PENNA-FIRME, Rodrigo & MATOS, Celina. Carvoeiros do passado, agricultores do presente e turistas do futuro: dilemas sobre a presença humana no Parque Estadual da Pedra Branca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. In. FERREIRA, Álvaro. RUA, João. MATTOS, Regina Célia de. (org.). **Desafios da metropolização**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 620p. cap. 25, p. 565 – 588.

Parque Nacional da Tijuca, **Governo Federal. Portal do PNT**. Informações sobre a criação do parque. Disponível em: <<http://www.parquedati-juca.com.br/#historia>>. Acesso em: 14, fev. 2016.

RODRIGUES, Valdecir Cahoni; NETO, Álvaro Costa Jardim. **A gestão ambiental e sua importância nas organizações**. Omnia Humanas, v.3, n.1, p.54-64, 2010.

SANTOS, Milton. & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SATHLER, Evandro. Síntese Fundiária do Parque Estadual da Pedra Branca – PEPB. In: **I Encontro Científico do parque estadual da Pedra Branca**. Rio de Janeiro: INEA, 2009, p. 10 – 16.

SCHENINI, Pedro Carlos *et. al.* **Unidades de Conservação: aspectos históricos e sua evolução**. COBRAC, 2004. 7p.

SEMEIA. **Gestores e Unidades de Conservação: perspectivas.** Instituto Semeia, 2013. 62p.

SILVA, Marina. **Saindo da Invisibilidade:** a política nacional de povos e comunidades tradicionais. [Editorial]. *Inclusão Social*, v. 2, n. 2, p. 7 – 9, abr./set. 2007.

SILVA, Stanley P. da Rosa. **O Rio de Janeiro e a Guanabara nos anos 1970:** a fusão, o chaguismo, o amaralismo. *Revista Humanidades*, v. 11, n. 28, p. 17 – 30, ago./dez. 2010.

SOUZA. Marcelo José Lopes de. **O território:** sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, Iná E. de., GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 115.

VALLEJO, Luiz Renato. **Unidade de Conservação:** uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. *GEOgraphia*, América do Norte, 4, set. 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/88/86>>.

Acesso em: 21 Jan. 2017.

VITTE, Antonio Carlos. & GUERRA, Antonio José Teixeira. **Reflexões sobre a geografia física no Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 280p.

WWF-BRASIL. **Congresso Mundial de Parques.** Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/congresso_mundial_parques/>. Acesso em: 15, nov. 2016.

8.2

Obras consultadas

ARRUDA, Rinaldo S. V. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2000. 290 p. cap. 12, p. 273 – 290.

BARBOSA, J. L. & LIMONAD, Ester. (org.) **Ordenamento Territorial e Ambiental.** Niterói: Editora da UFF, 2012, 281p.

DIAS, Célia. As antinomias discursivas da Ecologia Política. In: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecologia e política:** naturaliza, sociedade y utopia. 1ª ed. 1ª reimp. Buenos Aires: Clasco, 2003. 352 p. cap. 6, p. 101 – 114.

FARIA, H. Henrique. Monitoramento em unidades de conservação: imperativos para a excelência da gestão. In: CAMPOS, J. Batista *et. al.* (org.). **Unidades de Conservação: ações para a valorização da biodiversidade**. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2006. 348 p.

LITTLE, Paul Elliot. **Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico**. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, ano 12, n. 25, p. 85 – 103, jan./jun. 2006.

LIPIETZ, Alain. A ecologia política, solução para a crise da instância política? In: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecologia e política: naturaliza, sociedade y utopia**. 1ª ed. 1ª reimp. Buenos Aires: Clasco, 2003. 352 p. cap. 2, p. 15 – 26.

MENDONÇA, Francisco de Assis. **Geografia e Meio Ambiente**. 3º Ed. São Paulo: contexto, 1998. 80p.

MONTEIRO, Carlos Augusto de F. & Mendonça, Francisco. **Clima Urbano**. São Paulo: Contexto, 2003.

MORAES, Antonio C. Robert. **Meio ambiente e ciências sociais**. 2ª Ed. São Paulo, 1997. 100p.

PÁDUA, José Augusto. **As Bases Teóricas da História Ambiental**. Estudos Avançados. p. 81-101, 2010.

SILVA, Jorge Xavier da. & ZAIDAR, Ricardo Tavares. (Org.). **Geoprocessamento & Análise Ambiental: Aplicações**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

VALLEJO, L. R. & PIMENTEL, D. de Souza. (org.) **Encontro fluminense: Uso público em unidades de conservação**. Junho, 2013 – Niterói.

VALLEJO, Luiz Renato. (Pesq. Resp.). **Mapeamento dos conflitos socioambientais em parques estaduais no Rio de Janeiro: PE da Pedra Branca e PE dos Três Picos (Relatório final de pesquisa)**. Niterói: UFF (Departamento de Geografia), 2008. 112p.

9

Anexo

9.1

Questionário para gestores públicos

- 1 – Quais são as principais dificuldades enfrentadas para se conduzir a gestão do Parque Estadual da Pedra Branca? Por que?
- 2 – Quais são as estratégias adotadas para enfrentar esses problemas?
- 3 – Qual a real importância do plano de manejo para a gestão do parque?
- 4 – Qual o papel da comunidade que reside no interior do parque?
- 5 – Qual o papel da comunidade que reside ao redor do parque?
- 6 - Como vocês observam a sobreposição de áreas protegidas que envolve o parque e a APA?

9.2

Questionário para visitantes

- 1 – Com que frequência você procura o Parque Estadual da Pedra Branca?
- 2 – Para qual tipo de atividade você procura o Parque Estadual da Pedra Branca?
- 3 – Você já encontrou/falou com algum gestor ou guarda-parque do Parque Estadual da Pedra Branca?
- 4 – Você sabe o que são comunidades tradicionais? Tem conhecimento da existência de alguma no Parque Estadual da Pedra Branca?

9.3

Folder distribuído na sede Pau da Fome - PEPB



Figura 18 – Folder distribuído na sede do Pau da Fome – PEPB

Fonte: acervo próprio